



Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 1981

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 19 DE MARÇO DE 1981

QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jurandir Messias e Antônio Cotrim.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airtton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Carlos Zanlorenzi, Dácio Leonel, Darcy Deitos, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Gabriel Manoel, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Loures Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Waldyr Pugliesi (40). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Aguinaldo Pereira Lima, Basílio Zanusso, Cyro Martins, David Cheriegate, Del Ciel, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Lineu Turra, Mário Celso, Palácios, Renato Bernardi, Valduga, Werner Wanderer, Wilson Fortes (18).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER seja consignado em ata, um voto de pesar pelo falecimento em data de hoje, da Senhora LUIZA GENARI BOUTIN, na Cidade de Toledo.

Tratava-se de pessoa altamente estimada e relacionada na sociedade toledana, merecedora de todo conceito, deixando lacuna irreparável na comunidade.

Requer, outrossim, que seja levado ao conhecimento da família enlutada este voto de pesar, aos cuidados da Prefeitura de Toledo.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(a) EGON PUDELL.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Tendo por objetivo melhor ordenamento e maior eficiência da prestação dos serviços próprios dos táxis de Curitiba, pela Lei Municipal 3.812 de outubro de 1970, a Prefeitura de Curitiba assumiu a responsabilidade por essa atividade,

então da competência do Departamento de Serviço de Trânsito. Um dos preceitos desta Lei, estabeleceu o termo de vida útil dos automóveis destinados ao transporte de passageiros, fixando em 6 (seis) anos para os carros de propriedade de motoristas autônomos e 5 (cinco) anos para as empresas frotistas.

Em 1978, por iniciativa deste Parlamentar, então Vereador de Curitiba, pela Lei 5.904, de 1.º de dezembro, os prazos previstos na Lei anterior foram dilatados em 2 (dois) anos.

Originou e fundamentou o Projeto de Lei de minha autoria, a preocupação com os crescentes custos dos automóveis e também da gasolina, além, claro, da necessária manutenção.

A situação sofreu um agravamento insuportável e os reajustes tarifários, mesmo indispensáveis, acabam por desestimular o uso freqüente de táxis pelos usuários, acarretando a uma grande e valorosa classe - a dos motoristas profissionais - dificuldades profundas.

O aumento indiscriminado dos preços dos automóveis, particularmente nos últimos 12 (doze) meses, os reajustes constantes dos preços da gasolina e os preços dos equipamentos mecânicos necessários ao bom funcionamento de um carro de aluguel, levam-me a apelar ao Prefeito Jaime Lerner e aos ilustres Vereadores de Curitiba, no sentido de que sejam revogados os dispositivos legais já mencionados e que delimitam o tempo de vida útil dos carros usados para o transporte de passageiros.

As condições desses veículos, independentemente de prazos legais, deverão ser constatadas, semestralmente pelo serviço próprio de fiscalização da Prefeitura Municipal de Curitiba, garantindo, assim, segurança e conforto aos usuários.

É o apelo, por Humano e de Justiça.

Requeiro que esta Casa dê ciência do presente ao Sindicato dos Condutores Autônomos de Curitiba e às empresas do setor.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(a) AIRTON CORDERO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Os Deputados que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja aprovado um voto de aplausos ao trabalho que a Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná vem desenvolvendo nos diversos setores da vida social deste Estado, sempre em defesa dos direitos e dos princípios de Justiça.

REQUEREM também que o documento elaborado por esta entidade — “Propriedade e uso do solo urbano”, bem como a nota oficial sobre a mesma questão, pela sua relevância e justiça, sejam transcritos nos Anais desta Assembléia Legislativa. E que aprovado este requerimento seja comunicada a entidade nominada e, ainda, a CNBB — Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB — regional sul - 2 e a Arquidiocese de Curitiba.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(aa) NESTOR BAPTISTA,
WALDYR PUGLIESI e
NELTON FRIEDRICH

JUSTIFICATIVA:

A Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, órgão

da Igreja Católica, vem desenvolvendo em nosso Estado um amplo e profícuo trabalho em defesa dos direitos e dos princípios de justiça, procurando contribuir para o bem estar social e o progresso dos homens.

Foi com esta determinação que a Comissão elaborou importante documento sobre a propriedade e uso do solo urbano em Curitiba que relata, com isenção e respaldo em acurada investigação histórica, a situação em que se encontra a distribuição do solo em nossa capital. Relata também os conflitos pela sua posse e a violência gerada nessas relações e que envolveram por diversas vezes a sua superação.

O documento, mal interpretado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, levou o Prefeito Jaime Lerner a atacar esta conceituada entidade, o que obrigou a Comissão Pontífica de Justiça e Paz a emitir nota fiscal esclarecendo equívocos possíveis e respondendo, com a altivez que a caracteriza, às alevisias oficiais da administração municipal de Curitiba.

A transcrição, tanto do documento como da nota oficial da Comissão de Justiça e Paz, justifica-se pela disposição que nos move de fazer justiça ao registrar, em anais legislativos, documentos que certamente serão necessários ao julgamento histórico daqueles que tiveram papel de responsabilidade neste período.

Sendo assim, esperamos que os nobres pares aprovelem o presente requerimento que se põe, nitidamente, acima de interesses políticos imediatos para servir apenas à defesa da justiça, papel que todos nós, parlamentares, devemos cumprir.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor EDSON MACHADO DE SOUZA, digníssimo Secretário da Educação e Cultura, solicitando a criação e instalação do ensino de 1.º grau, 5a. a 8a. Série no Distrito de Rio Verde, Município de Mamborê.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

Anexamos ao presente lista de solicitação dos alunos, bem como de seus pais, os quais pedem a criação e instalação do referido curso, pois os mesmos sentem a necessidade de continuarem nos seus estudos e como são todos filhos de pequenos produtores, ou simplesmente de trabalhadores, não podem arcar com o pesado ônus que é o transporte, da Sede do Distrito de Rio Verde até a Sede do Distrito de Juranda, dada a distância entre as mesmas.

Outrossim, conhecedores que somos que o ensino de 1.º grau é de 1a. a 8a., urge que também o Distrito de Rio Verde tenha esse benefício.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada a competente correspondência ao Doutor Oswaldo Roberto Colin, Presidente do Banco do Brasil S.A., em Brasília - DF., solicitando providências no sentido de que seja instalado um Posto Avançado de Crédito Rural, com a máxima urgência, respeitando os trâmites legais, no recém criado Município de Douradina-Pr.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

(a) AUGUSTO CARNEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Formulamos tal pedido baseado na ciência que temos

de que uma Comunidade necessita, e muito, de um Posto Avançado de Crédito Rural para as suas transações comerciais, mormente no setor de financiamento agrícola, impulsionando o seu progresso.

Ora, vejamos mais detalhadamente o Município em pauta: esse Município recém criado mas ainda não instalado, possui um potencial agrícola de real expressão no cenário paranaense, porém por não possuir um Posto Avançado de Crédito Rural oficial, que deverá ser sustentáculo de suas transações financeiras, vê-se cercado dos múltiplos benefícios que poderiam advir como ingerência de tal órgão na área.

A guisa de reforço deste pedido juntamos os dados sócio-geo-econômicos do Município, conforme segue:

ARRECADAÇÃO 9.629.701
ÁREA TERRITORIAL 260.24 km2
HABITANTES Conforme Certidão do IBGE
mais de 10.000 habitantes.

CONSTRUÇÕES

- a) Sede
 - residências - 810 - edifícios;
 - comerciais - 275 - edifícios;
 - industriais - 21.
- b) Carbonera
 - residenciais - 125 - edifícios;
 - comerciais - 58 - edifícios.
- c) Vila Formosa
 - residenciais - 74 - edifícios;
 - comerciais - 27 - edifícios.
- d) Indo-Ivaí
 - residenciais - 71 - edifícios;
 - comerciais - 30 - edifícios.

Num total de 1.491 construções, como outras inúmeras em fase de acabamento.

LOTES RURAIS.

- a) Pequeno porte 67 lotes.
- b) Fazendas 21

Sua cultura básica é o café (oitenta por cento), intercalando-se com o cultivo de soja, trigo, amendoim, etc.

Sua distância da Sede até a agência bancária mais próxima ultrapassar a 25 km.

Há muito tempo as lideranças, os produtores e os comerciantes locais clamam por esse benefício.

Desta forma, face ao exposto e por outras razões que certamente justificam o nosso pedido, que certamente encontrará eco na alta direção do órgão e rápida solução do problema.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, digníssimo Secretário de Recursos Humanos, solicitando as seguintes informações:

- 1) Quais os funcionários que apresentaram documentação falsa expedida pelo Instituto de Educação Princesa Isabel, localizado na Capital de São Paulo;
- 2) se houve abertura de inquérito administrativo para apurar responsabilidade e qual as medidas que foram tomadas pela mesma comissão que preside o inquérito, se positivo,
- 3) se os funcionários responderão criminalmente pela apresentação de diplomas falsos e em que Delegacia, em caso positivo, corre o inquérito.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1981.

a) Darcy Deitos.

JUSTIFICATIVA:

A imprensa do Estado de São Paulo, principalmente o conceituado jornal "Folha de São Paulo", tem noticiado, fato lamentável ocorrido em nosso Estado, com relação a apresentação de documentação falsa por funcionários de nosso Estado para gozarem de benefícios junto à Secretaria de Recursos Humanos. E, nada mais justo que nós também saibamos oficialmente quais as medidas que serão tomadas, pois conforme noticia o jornal acima referido, poucas medidas serão tomadas pela Secretaria em tela, afirmações essas feitas pelo Sr. Napoleão Araújo, o que nos causa estranheza, pois em nosso Estado outros casos ocorreram sem que a população tome conhecimento do resultado, nem mesmo medidas concretas foram tomadas, pelas autoridades competentes, as quais deveriam informar ao povo das medidas que são tomadas pelo alto interesse da Educação não só em nosso Estado, mas também em todo o País.

Sendo assim, esperamos que os nobres pares aprovelem o presente requerimento, que solicita informações para que mais um caso lamentável seja esclarecido a esta Casa e a opinião pública de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas prerrogativas, **REQUEREM**, o envio de expediente ao Dr. **ALCENI GUERRA**, Superintendente Regional do INAMPS, solicitando a suspensão do credenciamento dos médicos que atenderam os menores Magno Luciano Ferreira de Lima, em nossa Capital, e Marcos Welder Nantes, no Município de Arapongas, até que sejam apuradas as responsabilidades dos mesmos nos acidentes que causaram.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.981.

a) Waldyr Pugliesi.

APOIAMENTO: Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Nelson Friedrich, Gilberto Agibert Filho, Edilson Alencar, Nilso Sguarezi, Deni Schwartz, Carlos Zanlorenzi, Darcy Deitos, Nestor Baptista.

JUSTIFICATIVA:

Recentemente a opinião pública paranaense foi surpreendida com dois casos de atendimentos médicos lamentáveis e que estão a exigir uma apuração.

Em nossa Capital, o menor **MAGNO LUCIANO FERREIRA DE LIMA**, de 05 anos, estando com manchas vermelhas em sua pele, foi levado pela mãe para fazer uma consulta. O médico diagnosticou que era apenas gripe, quando na realidade, segundo se apurou mais tarde, a doença era Rubéola e provocou a morte do menino.

Em Arapongas, o garoto **MARCOS WELDER NANTES**, de 06 anos de idade precisava ser operado da fimose. Foi levado para a Santa Casa daquela localidade. A operação é simples. O Dr. **WALTER BUZALAFE** usando um bisturi elétrico acabou necrosando o pênis de Marcos. O órgão sexual do garoto não existe mais. Apodreceu. Caiu.

Acidentes? E se acidentes foram, os responsáveis não irão pagar? Ou os médicos são "super-homens" acima das leis?

Por estas razões solicitamos ao INAMPS do Paraná que **SUSPENDA** o credenciamento desses médicos até que se apurem as responsabilidades nos casos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o plenário, o envio

de ofício ao Cel. **HAROLDO FERREIRA DIAS**, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando a instalação de Postos Policiais de Bairros no Município de Foz do Iguaçu, nos bairros a seguir nominados, por ordem de prioridade: Rincão São Francisco, Três Lagoas, Porto Meira, Jardim América, Vila Iolanda e Santa Terezinha.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.981.

a) Tércio Albuquerque.

JUSTIFICATIVA: (Pronunciamento em anexo)

P.S. — Solicita-se que do presente seja dado conhecimento ao Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu e ao Presidente da Câmara Municipal daquele Município.

PROJETO DE LEI:**PROJETO DE LEI N.º 15/81**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a **OBRA FILANTRÓPICA DAS IRMÃS FILHAS DA CRUZ**, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1.981.

a) Erondy Silvério.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche as exigências contidas na Lei reguladora da matéria.

Tem por finalidade a evangelização cristã, a educação moral e cívica, a proteção à infância e à juventude, o auxílio aos velhos e aos pobres necessitados em geral, sem distinção de nacionalidade, credo, cor, raça ou religião.

Nestas condições, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste plano de lei.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência tem a grande satisfação de anunciar a presença neste plenário, do Deputado e Chefe da Casa Civil do Governo, **Fabiano Braga Côrtes**. Para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado **Ezequias Losso**.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Honra esta Casa a presença na Galeria de Honra, do cidadão inglês, Dr. **Edward Jearge Brice**, que se faz acompanhar do Dr. **Moisés Amorim**, Pastor da Igreja Batista do Boqueirão. Formado pela Universidade de Kent, o ilustre visitante, após trabalhar três anos no Departamento de Saúde do Governo Britânico, decidiu idealisticamente contribuir para o bem estar de segmentos carentes da sociedade na condição de missionário.

Assim, no Paraguai trabalhou na orientação de um importante projeto de saúde entre os índios, propiciando consequentemente a redução do índice de mortalidade, que antes era registrado.

Retornando à Inglaterra, especializou-se em medicina tropical pela Universidade de Liverpool. Fez também o mestrado em comunidade e saúde, realizando estudos e pesquisas na Índia.

Atualmente trabalha para importante organização evangélica, sediada em Londres, que visa o desenvolvimento de programas de ação social em âmbito mundial, principalmente nos países do chamado terceiro mundo.

Sua vinda ao Brasil, dentro de um propósito que merece ser ressaltado, relaciona-se muito de perto com o povo

paranaense, e vem verificar a possibilidade de iniciar um projeto de desenvolvimento, em cooperação com a Igreja Batista do Boqueirão, em Curitiba.

Com muita satisfação, formulamos ao eminente doutor Edward Jearge Brice, votos de feliz estada no Paraná, cujo povo reconhece o magnífico apoio que tem recebido de diversas organizações inglesas que se dedicam a elevação moral e espiritual da humanidade.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê)

“As notícias veiculadas diariamente pela imprensa brasileira sobre a violência e criminalidade nas grandes cidades, centros urbanos e capitais brasileiras simplesmente são estardalosas.

Pelo que nos quer parecer, entre outras grandiosidades e maioridades que este País se orgulha em ter, está também a violência e a criminalidade.

Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente, encabeçam todas as listas e estatísticas da violência urbana e institucionalizada no País.

Ou os aparatos de segurança daqueles Estados são convenientes com o crime, ou, o que nos parece mais real, encontram-se em total e completa impotência ante a adoção de soluções e medidas eficazes na prevenção, combate e extermínio da violência criminal, assaltos, seqüestros e mortes.

Sobre o problema, Srs. Deputados, extensos tratados sociológicos poderiam ser elaborados, abordando as origens e consequências dessa situação de marginalização, insegurança e desproteção pela qual passa o cidadão brasileiro. No entanto, não é este o nosso objetivo no momento. Não nos cabe analisar as falhas dos órgãos de segurança de São Paulo ou do Rio de Janeiro.

Queremos abordar, sob outro ângulo, o assunto enfocado diretamente em nossa realidade local e estadual. Começaremos por Curitiba, que agora ingressou no clube das metrópoles, em decorrência dos dados apresentados pelo último recenseamento.

Podemos ficar satisfeitos em saber que Curitiba ocupa hoje na imprensa policial apenas modestas manchetes em relação a outras capitais brasileiras. Curitiba não está imune à violência, como nenhuma outra cidade brasileira está, mas tem as suas características especiais, que lhe asseguram um índice de criminalidade relativamente baixo.

Primeiro, porque a sua expansão não se deu de maneira tão desordenada como ocorreu em outras cidades. Aqui impera a valorização do homem. O planejamento urbanístico dos alcaides da Capital sempre favoreceu esse aspecto.

Segundo, quem sabe até o próprio provincianismo atribuído à Capital paranaense e o seu clima frio possam ser fatores contribuintes para a nossa paz social.

E terceiro, uma medida prática e simples, pioneiramente colocada em funcionamento pela Secretaria de Estado da Segurança Pública, é sem dúvida o esteio maior da segurança e tranquilidade de todo o curitibano.

Embora talvez não sejam cem por cento eficazes as medidas da Secretaria de Segurança, no mínimo são elas uma tentativa de prevenção e combate à marginalização.

Os postos policiais de bairros, nos moldes em que foram concebidos, são a curto prazo a melhor medida preventiva para a amenização dos problemas, embora todos saibamos que tudo tem origem e raízes de profundo envolvimento social, solucionáveis apenas através de processos que impli-

quem em profundas mudanças na estrutura sócio-econômica e político-administrativa nacional.

A delimitação de determinada região da cidade e a instalação de um posto policial, com viatura e homens destacados, em contato direto e constante com a população das redondezas se familiarizando com a vida do bairro, detectando assim qualquer movimento estranho a área, deixam, quando pouco, a população mais tranqüila e confiante, sem o espectro do medo e a preocupação contante com a violência.

A sistemática dos postos policiais de bairros permite, quando alguma coisa está acontecendo — pelo menos em tese — que um policial esteja nas proximidades para oferecer socorro imediato.

Curitiba tem hoje instalados e em funcionamento 21 postos policiais de bairros, devendo outros ainda ser implantados proximamente, dentro da programação da Secretaria de Segurança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: enquanto Curitiba vive sua relativa segurança, o interior do Estado também sente os seus problemas com o crime e a violência. Em alguns lugares, por características locais, a situação torna-se também preocupante.

Foz do Iguaçu, pelas suas peculiaridades geográficas, fazendo fronteira com a Argentina e o Paraguai, pela grande afluência de turistas e pelo fluxo populacional decorrente de Itaipu, é hoje uma das mais movimentadas cidades do interior do Estado, em estágio acentuado de desenvolvimento econômico, experimentando um crescimento iniciado aproximadamente há 10 anos, e que agora está atingindo uma das fases mais importantes.

A taxa de incremento populacional de Foz do Iguaçu na última década foi de 14,90% ao ano. Segundo dados extra-oficiais do IBGE, a população residente de Foz do Iguaçu em 1.980 foi de 136 mil habitantes. Em 1.970 esta população era de apenas 34.026. Uma das maiores taxas de crescimento do Estado. E com ela também os problemas sociais decorrentes.

No setor de segurança, podemos considerar que Foz do Iguaçu encontra-se razoavelmente bem equipada, com uma Sub-divisão Policial, Instituto Médico Legal e Polícia Federal.

No entanto, a expansão urbana do município trouxe dificuldades ao policiamento, tanto preventivo como ostensivo no centro, e com especial gravidade nos bairros. Todo o aparato centralizado num único local, não permite, muitas vezes, a agilidade necessária, o deslocamento e a presença nos arredores, nos bairros mais distantes da cidade, da autoridade policial para a manutenção da ordem e a coibição de abusos.

E embora tenha afirmado que Foz do Iguaçu encontra-se razoavelmente segura, as características que enumerei anteriormente são geradoras também de muitos crimes, assaltos, todas as formas de violência, até seqüestros. Mesmo considerando o crescimento populacional, proporcionalmente o índice de violência é elevado e merece especial atenção.

Assim, transpondo as medidas adotadas em Curitiba para Foz do Iguaçu, com a instalação de postos policiais de bairros, posso visualizar, senão o combate e extermínio completo da violência criminal, pelo menos uma segurança e tranqüilidade maior à população local.

Dessa forma, estou apresentando hoje requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, solicitando que também em Foz do Iguaçu sejam instalados postos policiais de bairros, medida que deu certo em Curitiba e com toda a certeza, minimizará os problemas de ordem de segurança e proteção pública em Foz do Iguaçu.

No requerimento enumero os principais bairros que

necessitam, por ordem de prioridade, de tais postos. E tenho certeza, Srs. Deputados, os postos policiais de bairros em Foz do Iguaçu também atingirão os objetivos para que foram propostos.

Espero portanto, da Secretaria de Estado da Segurança as providências necessárias."

Comparecemos a esta tribuna para analisar e solicitar o apoio dos Srs. Deputados para aprovação de requerimento que apresentamos a esta Casa, onde pedimos a criação de diversos postos policiais de atendimento familiar na cidade de Foz do Iguaçu.

Não por ser esta cidade aqui representada por este Parlamentar e sim pelo motivo especial de estar localizada na região fronteira e, especialmente, com os países Paraguai e Argentina, e ter hoje uma população que cresceu, em menos de dez anos, de 35 para 150 mil habitantes — dados oficiais do último recenseamento.

Há dias atrás, comparecia este Deputado à Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, em uma de suas sessões, e é o bairro hoje mais sofrido pela população de baixa renda, aqueles que em função da construção da hidrelétrica de Itaipu compareceram e povoaram bairros mais pobres naquela municipalidade.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que tem um minuto para o término de sua oração.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE — Agradeço, Sr. Presidente.

Queríamos justificar de que a violência, na realidade, tem contribuído contra a tranquilidade e o desenvolvimento do Município de Foz do Iguaçu.

Solicitamos do Sr. Secretário de Segurança que dado o crescimento rápido da população de Foz do Iguaçu e a sua condição geográfica especial, que se criem postos de policiamento naquele município. Mais especialmente no bairro Rincão São Francisco, onde há uma população de oito mil moradores que vieram de diversos estados brasileiros para ajudar na construção da hidrelétrica de Itaipu.

Este o nosso pedido.

Como dizia, compareci à Câmara Municipal e ouvi um discurso de um Vereador que apelava a este Deputado e ao Deputado Nelson Friedrich, de que ambos solicitassem, urgentemente, a criação destes postos policiais. Nós aqui estamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Para nós nada mais é do que uma brincadeira de mau gosto o que se está fazendo com o Paraná, por parte do DNER, ou quem sabe do Ministério dos Transportes. Eis que, desde o dia 28 de fevereiro, entendeu o Ministério dos Transportes e também o DNER, com certeza, que deveriam ser paralizadas as obras de duplicação da BR-277, trecho Curitiba-Paranaguá.

Brincadeira de grupo que este trecho já está com mais de 80% do total concluído. E não se justifica, quer seja por medida de ordem econômica ou financeira, que no limiar, já no finalzinho, eles resolvam paralisar.

Uma estrada com o porte, com a importância da BR-277, corredor de exportação, que tem um significado especial.

É evidente que todos os Srs. Deputados sabem da importância daquela estrada, pois tudo o que se produz no Paraná é carreado para o Porto de Paranaguá através daquela estrada.

Assim é, que fizemos um expediente endereçado ao Ministro dos Transportes, em termos brandos, se não surtir resultado, o próximo será em termos mais rigorosos, mais veementes, mais contundentes. Passarei a ler o expediente que foi elaborado e que espero aprovação por parte dos Srs. Deputados. (Lê):

"REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER. o envio de expediente consubstanciado em veemente apelo, ao Excelentíssimo Sr. Eliseu Rezende, Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam concluídas as obras de duplicação da Estrada BR-277, Curitiba-Paranaguá, injustificavelmente paralizadas em 28 de fevereiro do ano em curso.

Essa paralização nos causou surpresa, tendo em vista: primeiro a transcendental importância daquela rodovia por ser o nosso corredor de exportação e via de acesso a um dos mais importantes Portos do País, e segundo se considerarmos que as referidas obras encontram-se em fase de conclusão, pois segundo informações que chegam ao nosso conhecimento, a duplicação está com oitenta por cento do serviço já concluído, faltando apenas vinte por cento. A nova pista está praticamente concluída, faltando apenas 900 metros, portanto uma insignificância. Fica ainda pendente o trecho de acesso ao Porto, numa extensão de quatro quilômetros, cujo acesso, após concluído, facilitará grandemente a entrada de caminhões de transporte ao Porto evitando as filas intermináveis, especialmente na época da safra de café e soja, quando a entrada para Paranaguá congestionava-se com a grande quantidade de caminhões.

Temos certeza de que o Sr. Ministro dos Transportes, pela importância que representa para a economia do Estado do Paraná e por outros fatores, acolherá com simpatia esse nosso apelo determinando as providências que se fizerem necessárias no sentido de serem concluídas aquelas obras."

É esta a razão da nossa presença nesta tribuna. Razão por demais importante, porque tudo que se fizer por aquela estrada, esta se fazendo pela economia do Estado do Paraná. Um Estado que muito dá e pouco recebe do Governo Federal.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Ocupamos a tribuna para trazer um grave problema que está acontecendo em PRUDENTÓPOLIS, prejudicando toda a comunidade e prejudicando as regiões vizinhas.

Assim como a totalidade das administrações públicas brasileiras, PRUDENTÓPOLIS também sofre os problemas da concentração de decisões nas mãos do Governo Federal e nem pode indicar o melhor elemento para ser o responsável pela representação local do INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Quando houve a troca na Superintendência Regional do INPS, o Sr. CLEVERSON MARINHO TEIXEIRA que passou a dirigir o órgão, consultou única e exclusivamente as lideranças da antiga ARENA, ou talvez tenha sido pressionado por esse mesmo partido, para indicar o novo representante em PRUDENTÓPOLIS, até então em mãos do Sr. EDSON PENTEADO DE CARVALHO que vinha respondendo e correspondendo inteiramente aos anseios da população. Acontece que o indicado apesar de bem relacionado com as cúpulas do Partido governista não podia por seus afazeres pessoais, comandar os interesses previdenciários no município, e muito menos, propiciar um eficiente atendimento aos

previdenciários, aqui o povo já vinha sendo prejudicado.

Passado algum tempo, a decisão que partiu dos gabinetes políticos curitibanos, esbarrou nas necessidades municipais e o indicado para o cargo, renunciou.

Desde a renúncia, já se passaram aproximadamente quatro meses, sem que até o momento novo responsável fosse indicado, ou se foi, por questões que fogem ao alcance, não estaria respondendo pelo cargo, talvez por questões políticas internas dentro do PDS na minha cidade.

Com isso, a população que precisa de atendimentos, principalmente os trabalhadores, são obrigados a se deslocarem para Guarapuava, quando necessitam resolver seus problemas com o INPS, prejudicando suas atividades normais, perdendo tempo e dinheiro nesses deslocamentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos, nesta oportunidade, registrar o protesto de Prudentópolis que, assim como os outros municípios paranaenses, merece a mesma atenção dos órgãos federais e não pode ficar à mercê de interesses políticos, com os administradores procurando homens de confiança para postos-chaves, enquanto a população é obrigada a uma eterna espera de soluções.

Fazemos um apelo ao Sr. Cleverson Marinho Teixeira, que já foi Deputado e deve saber que os interesses comunitários devem estar bem acima dos interesses simplesmente políticos. A história já mostrou que aqueles políticos que não olham para os interesses populares, acabam, mais cedo ou mais tarde, esbarrando nas decisões populares que acabam pendendo para o lado daqueles que realmente fazem alguma coisa pela comunidade.

Prudentópolis é um município paranaense que tem o maior número de minifúndios e só isso já seria o suficiente para sensibilizar o Governo, que deveria olhar com mais atenção para a população local, que não só no caso do INPS mas também tem merecido descrédito de determinações governamentais, como foi o caso do PRÓ-RURAL.

Esperamos que o responsável pelo INPS, no Paraná, fique sensibilizado o quanto antes com a situação de Prudentópolis, e encontre uma solução que, não somente resolva os problemas políticos, mas promova também o bem-estar da comunidade do município".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Concede a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A inflação brasileira, as dificuldades vividas por toda sociedade neste País, têm, particularmente, castigado um setor da vida nacional, que merece toda a atenção, não só da classe política mas como de toda a população.

Refiro-me aos motoristas de táxi, particularmente em Curitiba, que hoje estão subordinados a um diploma legal que os obriga a renovar, a cada oito anos, a sua frota, para poder servir à população desta cidade.

Oito anos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, graças à Lei número 5904, de primeiro de janeiro de 1978, projeto de lei formalizado por este Parlamentar, ao tempo que integrava a Câmara Municipal de Curitiba, porque anteriormente, o prazo estabelecido pela Lei número 3812, de 1970, era de menos dois anos.

Aquela providência adotada então, já tinha por finalidade compatibilizar as disponibilidades de motoristas autônomos e mesmo de empresas frotistas com as dificuldades vividas então.

Nos últimos doze meses, os automóveis neste País tiveram um aumento de preço superior a 120 por cento. O combustível, da mesma forma, cresceu assustadoramente, e o que vemos é uma penúria crescente por parte destes que, autonomamente

ou não, desenvolvem seu trabalho, servindo à nossa população.

Como se trata de um regime jurídico próprio de Curitiba, e como não há legislação superior que regule a matéria, e como hoje - mais do que antes - vivemos dificuldades enormes, os motoristas de táxi de Curitiba estão à espera de usuários, nos seus pontos abarrotados, entendo justo apelar ao Prefeito de Curitiba e aos ilustres 21 Vereadores da nossa cidade, no sentido de que seja revogada a legislação específica que trata desta matéria.

E, ao mesmo tempo, paralelamente, a Prefeitura de Curitiba, através do seu setor de fiscalização, exerça uma fiscalização semestral em seus automóveis de aluguel para que possa bem avaliar quanto as possibilidades de uso para transporte de passageiros.

Faço este apelo, Sr. Presidente, porque, transformo-me nesta hora, no porta-voz daqueles que, angustiados, ainda este ano têm que comprar carros novos e colocar na praça, enfrentando juros que estão liberados pelo Governo Federal, e tendo o risco de trabalhar o mês inteiro simplesmente para pagar a prestação de um carro novo.

Faço este apelo numa hora em que as montadoras de automóveis estão, de uma forma indiscriminada, elevando os custos dos automóveis e tornando a sua aquisição proibitiva por parte daqueles de menor poder aquisitivo.

Faço este apelo também porque, socialmente, não se pode deixar de reconhecer que esta categoria profissional, que tantos e grandes serviços presta à nossa comunidade, está vivendo um drama. É um drama que precisa ser reparado.

Apelo pois à sensibilidade do Prefeito de Curitiba e aos nossos 21 Vereadores, para que aquela legislação seja revogada, pois nem mesmo o paliativo proposto por nosso projeto de lei, em 1978, com a sanção do então Prefeito Saul Raiz, nem mesmo isso se torna suficiente para atender essas necessidades.

Mesmo os dois anos propostos anteriormente, de dilatação de vida útil dos carros, mesmo esse prazo já foi tragado, já foi engolido pela inflação em nosso País.

Espero contar com o apoio dos Srs. Deputados e com a sensibilidade do Prefeito de Curitiba, para que aquela legislação seja revogada.

Muito obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os estudantes universitários do País estão, como todos sabem, tentando dialogar com o Governo, na perspectiva de encontrar as soluções adequadas para a profunda crise que se observa atualmente no ensino universitário brasileiro.

É com essa disposição que, dirigentes da UNE e com representação em todo o País, estarão amanhã, em Brasília, procurando o diálogo que o Governo teima em negar.

Os estudantes paranaenses estarão presentes. E têm bem claras as suas pretensões, em documento distribuído, amplamente, nestes dias, convocam toda a população para um ato público em frente à Delegacia Regional do Ministério da Educação, amanhã, às 16:00 horas.

E vão levar as seguintes reivindicações. (Lê).

1. — O único aumento anual de 39,4 por cento para as escolas pagas conforme deliberação do próprio MEC e nem um centavo a mais.
2. — Suplementação de verbas para as escolas públicas.
3. — Subsídios para as escolas particulares.
4. — Fim das taxas e sobretaxas.
5. — 12 por cento do Orçamento da União para educação.
6. — Eleição direta para todos os cargos eletivos da Universidade.
7. — Participação de, no mínimo, 1/5 de estudantes nos

órgãos colegiados.

8. — Reajuste do crédito educativo a um valor igual ao do salário mínimo regional, sua transformação em bolsa não reembolsável e extensão a todos que deles necessitam.

9. — Fim a todas as formas de jubramento.

10 — Reconhecimento oficial de todas as entidades estudantis.

São, entendemos nós, reivindicações justas, como veremos em sua análise sobre os problemas que enfrenta atualmente a Universidade Federal do Paraná.

A Universidade Federal do Paraná, a cada dia que passa, tem seu orçamento mais reduzido, a ponto do próprio Reitor, Ocyron Cunha, já ter ido a jornais declarar que a Universidade estava falida, sem dinheiro para pagar conta de luz e água. Somente no ano passado, o corte de verbas em relação ao ano anterior foi de 40 por cento. Isso faz com que os problemas sejam inúmeros em todos os departamentos.

No Hospital de Clínicas, que é o Hospital-Escola e atendia a toda a população desassistida do Estado, hoje, devido à falta de verbas, atende somente aos beneficiários do INAMPS, e pacientes em risco imediato de vida. Com isso, tem prejudicado o aprendizado dos futuros médicos e deixando sem assistência milhares de pessoas.

Os problemas não param aí. Mesmo para os pacientes atendidos, a falta de material é constante. No Centro Politécnico, vemos empresas particulares intervindo em laboratórios, sob a justificativa de falta de verbas, e os poucos outros existentes, apresentam falta de material de toda ordem.

Nos laboratórios do prédio de Biologia, vemos mais de um estudante a usar o mesmo microscópio ao mesmo tempo, as salas de aula inundando quando chove, a entrada do prédio consiste num verdadeiro lamaçal.

No Setor de Agrárias, a Fazenda do Cangüiri praticamente não serve à formação dos estudantes, uma vez que a falta de verbas é total para o seu melhor funcionamento.

A falta de livros é uma constante em todas as bibliotecas e a maioria dos existentes são desatualizados.

A falta de laboratórios aos alunos de vários cursos da área Humana, o edifício do Setor de Humanas, com onze andares, não tem as mínimas condições de segurança contra incêndio. As instalações deficientes são a regra geral de vários edifícios da nossa Universidade, como exemplo a Escola de Florestas, Odontologia, etc., e agora querem desalojar a Faculdade de Farmácia do seu prédio e colocá-la na Santos Andrade, o que se constitui num absurdo.

Os restaurantes tiveram um aumento de 133 por cento. O restaurante universitário central do Politécnico, não foi construído conforme acordo firmado, nem tão pouco reabriu-se o do DASCISA, e nem se fez a reforma do restaurante de Agrárias.

Os horários de aulas são desencontrados, na maioria das vezes, tomando com isso praticamente todo o tempo dos estudantes, sem deixar maior possibilidade de estudo e de trabalho. Muitas são as salas de aula com superlotação, falta professores na maioria dos departamentos. Os currículos são desvinculados de nossa realidade e sofrem todo tipo de autoritarismo como o recente caso do currículo do Curso de Odontologia.

Esses problemas são apenas alguns da nossa Escola, muitas vezes devido ao corte de verbas gradual e ao fato dos estudantes viverem num clima de vencer créditos o mais rápido possível, muitos companheiros nem percebem a infinidade de problemas que nos cercam, desde a falta de condições mínimas de higiene nos banheiros até o próprio caráter da nossa educação.

Já não basta que todos saibam que os problemas são inúmeros, que a Universidade não é democrática e nem voltada aos interesses do povo brasileiro. Já não basta saber que o

ex-Ministro Portella admitiu a crise da Universidade publicamente, nem tão pouco que o Conselho Nacional de Reitores reafirmou isto.

A pauta de reivindicações foi entregue pelo Presidente da UNE, ao Secretário Geral do MEC, General Pascoale, uma vez que o Coronel Ludwig estava na Festa da Uva em Caxias do Sul no dia 20 de fevereiro. Foi dado um prazo para o MEC se pronunciar sobre as reivindicações e iniciar um período de negociações no dia 20 de março.

Tomamos contato através do "Jornal da Tarde", de algumas diretrizes traçadas pelo Ministro General da Educação. As linhas de atuação do Ministério já estão todas definidas e incluídas num documento montado pelo Ministério da Educação e Cultura.

O Governo não congelará anuidade ao nível dos índices do aumento fixado para o primeiro semestre, em 39,4 por cento. Não concederá anistia para o crédito educativo, não ampliará a rede federal de ensino superior através da federalização das escolas particulares e nem reconhecerá a UNE.

O Governo aprova, contudo, um reestudo dos atuais critérios de jubramento dos alunos, concorda em analisar as experiências já realizadas em que os estudantes participam mais de processos decisórios das instituições de ensino e admite discutir formas alternativas para assegurar a multiplicidade de órgãos nacionais ou estaduais, representativos das linhas ou tendências predominantes entre os estudantes.

Estas são algumas das principais respostas que o Ministério da Educação está dando aos estudantes universitários brasileiros que entregaram ao Ministro Ruben Ludwig nos últimos dois meses, uma série de documentos de reivindicações e o MEC, cada vez mais, fecha a porta do diálogo com os estudantes brasileiros, porque é inadmissível que num País onde normalmente nem a classe média tem condições de estudar, tenhamos no Ministério da Educação um General como Ludwig. O simples fato de um general estar à frente do Ministério da Educação, já define bem o quadro brasileiro no campo da educação neste País.

Em Londrina, o episódio do DCE livre, o episódio do não pagamento do segundo reajuste semestral aos professores e funcionários, num total de dois mil, da Universidade Estadual de Londrina. Em Maringá, o mesmo quadro.

No IAPAR — Instituto Técnico de Pesquisas em Londrina, a mesma negativa de se cumprir a lei no pagamento de dois reajustes semestrais aos seus servidores.

Efetivamente encontramos um quadro negro no ensino brasileiro, e o Governo nega-se a buscar o diálogo com os estudantes que amanhã estarão, às 16 horas, em frente à Delegacia Regional do Ministério da Educação, em Brasília, onde mais uma vez levarão as reivindicações, tentando sensibilizar o Ministro-General da Educação.

Concedo o aparte ao Deputado.

O Sr. Deni Schwartz — Sr. Deputado, Vossa Excelência está a abordar exatamente o problema mais sério deste País.

Em recente entrevista, o ex-Ministro Karlos Rischbieter colocava a Educação em segundo lugar nas prioridades brasileiras, logo após o problema alimentação.

Afirma o ex-Ministro que no Brasil as soluções serão dadas quando se cuidar menos das grandes obras, e é ele inclusive quem fala mal de Itaipu, e mais de alimentação em primeiro lugar, da educação em segundo e da saúde em terceiro.

Vossa Excelência aborda o problema da educação, e isto me faz lembrar a consulta que recebi de um professor, na manhã de hoje, para que qualificasse exatamente qual o problema da educação brasileira. Eu, inclusive procurei sintetizar, dizendo o seguinte, de que o grave problema da educação brasileira não reside propriamente na educação, e sim no modelo econômico que vivemos. Temos hoje nas escolas um professor não

motivado, temos um aluno mal alimentado, temos professores e alunos completamente desligados da realidade, já que essa sociedade consumista em que vivemos, esse regime capitalista feroz que temos em nosso País, está levando nossa população ao desespero, e conseqüentemente e principalmente, os nossos jovens.

É por isso que o desassossego que hoje reina no meio estudantil e amanhã reinará também no seio dos recém-formados é uma constante em nossa Pátria. Enquanto isso, não se quer o diálogo; enquanto isso, como bem diz Vossa Excelência, quando se precisa resolver o problema da educação, se demite o intelectual e se leva o General. E, ao se levar o General, se quer antes de mais nada, dar uma demonstração de força, uma demonstração de que o sistema manda.

É por isso que os desassossegos estão aí. Hoje, o desassossego dos estudantes; amanhã, do empregado, o ex-estudante que é o novo profissional.

Infelizmente, não se quer o diálogo; infelizmente, quando um movimento surge imediatamente, se procura nas hostes do nosso Exército aquele que mais carrancudo possa servir melhor à causa da repressão.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, Deputado Deni Schwartz

O exemplo claro dos abusos do quadro universitário brasileiro, encontramos na Universidade Católica de Curitiba, onde os alunos que passaram no vestibular para Odontologia, tiveram que recolher aos cofres daquela universidade, antecipadamente, 45 mil cruzeiros. Isso levou a que muitos estudantes sem recursos financeiros, após passarem no vestibular, deixassem de ingressar na Universidade porque não tinham 45 mil cruzeiros para depositar antecipadamente, para o pagamento dos meses referentes ao primeiro semestre.

As ditaduras, as pequenas ditaduras, continuam implantadas em Reitorias, principalmente aqui no Paraná. E a Reitoria da Fundação Universidade Estadual de Londrina é o caso mais típico.

Daí que vamos tentar adaptar o projeto de lei de Roberto Freire, na Câmara Federal, para que tenhamos eleições diretas, secretas, para a escolha de Reitores das Universidades, e que, dentro do respectivo peso, votariam funcionários, os corpos docente e discente das universidades, escolhendo livremente os seus Reitores, e é o que precisa ocorrer neste País.

A crise atinge todo o sistema universitário. Vou me apegar à Universidade Estadual de Londrina, cuja direção é um dos exemplos mais claros de arbítrio instalado em nossas instituições de ensino superior. Vem cometendo todo o tipo de arbitrariedade contra os estudantes e seus legítimos órgãos de representação estudantil.

Contra um Diretório Central de Estudantes, livre e representativo, a direção da Fundação Universidade Estadual de Londrina pretende retirar sua sede, expropriar seus bens, pensando que assim fará desaparecer a entidade que é o DCE livre da Universidade de Londrina.

Faz mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Tenta fraudar a verdadeira representação dos estudantes, promovendo eleições para diretórios paralelos, que pretende ter sobre o seu controle absoluto.

Hoje, a Reitoria da Universidade Estadual de Londrina está realizando essas eleições, mas como nos anos anteriores, os estudantes de Londrina vão repudiar, mais uma vez, essa manobra, vão votar sim, mas para eleger seus representantes verdadeiros que irão dirigir as suas entidades legítimas da Universidade Estadual de Londrina.

De nada vale tentar fraudar a verdadeira pretensão legítima dos estudantes, eles não aceitarão o arbítrio e nem se submeterão às barbaridades cometidas contra eles.

É o caso, volto a repetir, da Universidade Católica do Paraná, que está cobrando o total do semestre como condição

para que o estudante assista às aulas. Uma forma de captar recursos, a baixo preço e de elitizar a Universidade, como reconhece a própria direção daquela universidade.

A Reitoria da Universidade Católica sugere aos estudantes que recorram aos bancos, às instituições financeiras e, através de empréstimo, consigam o dinheiro para pagar estas mensalidades já no início do ano, no total de 45 mil cruzeiros.

É a forma escusa que a instituição encontrou de obter recursos baratos, transferindo ônus do alto custo do dinheiro para os seus estudantes. Tudo isto se comete hoje num sistema universitário brasileiro, que degenerou, deteriorou, que se corrompeu e que os estudantes e professores querem resgatar das mãos daqueles que, de acordo com os interesses deste regime militar, ditatorial, fascista, implantado neste País, levarem à Universidade à situação em que se encontra.

É o brado de alerta de todos os estudantes brasileiros contra este regime implantado no País, de força, que leva mais de 70 por cento de nossos jovens a não terem o mínimo de condições para cursar uma Universidade.

Não bastasse a estatística clara, indelével de que, de 13 milhões de crianças que iniciam o primeiro ano primário, pouco mais de 3 milhões de crianças conseguem concluir o primeiro colegial nas escolas.

São exemplos que não conseguem penetrar na consciência dos homens que dominaram, à base de baionetas e fuzis, este País, em 1964.

Não há maneira de se incutir, de se conscientizar esses homens da realidade da educação brasileira. Eles se omitem, se fecham nas luxuosas salas dos gabinetes de Brasília. E podem crer que, amanhã, durante a concentração em frente ao Ministério, mais uma vez será utilizada a força, mais uma vez será utilizada a Polícia, para dispensar os estudantes que estarão reivindicando o que acham justo.

Concedo o aparte ao Presidente do PMDB, Waldyr Pugliesi.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Deputado Fiori Luiz, na realidade, o que Vossa Excelência está pronunciando, nada mais é do que a nossa real situação. A situação de crise na universidade brasileira também é fruto da política geral do regime.

Em todos os anos deste regime, principalmente nos últimos, o Governo fez tudo para privatizar a educação, retirando recursos das Universidades Federais, para provocar o repasse, para repassá-las via subsídios e bolsas de estudo, às empresas particulares de ensino.

O resultado, nobre Deputado, é este que observamos hoje, o ensino universitário perdeu qualidade e hoje a gente vê a proliferação de milhares de pequenas escolas que mal prepararam os profissionais que terão de aprender, na verdade, depois de terminarem os seus cursos. O estudante de medicina, vai praticar nos pacientes; o de engenharia vai calcular pontes; na realidade é isso que vemos.

Ontem ainda fiz aqui uma denúncia da incompetência de um profissional que saiu de uma dessas escolas; ele jogou a desgraça sobre um menino de seis anos. Este é o profissional que está saindo da universidade brasileira.

Um País de 120 milhões de habitantes e que não tem civil capaz de ser Ministro da Educação. E nós, da sociedade civil, ficamos aqui acovardados, diante de qualquer homem que venha das forças armadas a dizer na prática que somos incapazes de governar este País.

Via-se outro dia na Rede Nacional de Televisão, uma entrevista mostrando que o povo brasileiro não sabia nada a respeito de nada. Agora, fica na gente a dúvida: será que todas as respostas que foram dadas a conhecimento do povo foram coletadas daquela maneira? Ninguém teria dito nada, mostrando conhecer alguma coisa? Para mim, o que eles na realidade quiseram dizer foi o seguinte: — vocês, civis, componentes da

massa brasileira, não sabem nada. Vocês não sabem votar. Vocês não sabem decidir e nós é que precisamos continuar mais 20 anos a dominá-los, a dirigí-los.

É por isso que ontem ainda, da tribuna desta Assembléia, eu chamava a atenção para os preparadores de novos atos institucionais número cinco. Que estão nos laboratórios desse regime.

Está se preparando a opinião pública mais uma vez; mentindo dia e noite e dizendo que não temos condições de assumirmos a abertura, de solidificá-la; de conquistarmos aos poucos com a nossa luta, todos os direitos que nos foram roubados por este regime.

Então, o pronunciamento de Vossa Excelência tem muita importância; é um pronunciamento sério, também de denúncia. Verdadeira é a radiografia que se está fazendo de uma parte do corpo deste País enfermo, em todos os seus setores. Se a sociedade civil não se organizar, se a sociedade civil não se mobilizar — é preciso que se diga isso — nós tememos por aquilo que possa vir.

Sem organização, sem mobilização, os direitistas, os golpistas de todas as épocas, estão aí. É por isso que nós estamos fazendo, Deputado, a construção de um Partido verdadeiro de Oposição, para denunciar e, aqueles que dizem — como ainda há pouco um Deputado falou no corredor — que nós da Oposição só criticamos, eu volto a dizer aos Srs. Deputados da Situação, que dever de Oposição é se opor, como o próprio nome diz; dever da Oposição é criticar, é mostrar a mazela, a incúria, o desleixo, o desinteresse, a corrupção e o erro.

Ninguém vai falar aqui que determinado cidadão saiu da Assembléia e foi ao centro dirigindo na sua mão, a menos de oitenta por hora. Mas, se o cidadão sair daqui bêbado, na contramão, correndo a 200 por hora, é preciso que se lhe bote um paradeiro, porque ele está errado.

E dizemos aqui, uma vez mais, o dever da Oposição é criticar. Quem estabelece, Sr. Deputado, os trilhos, os caminhos, os rumos da Oposição, somos nós da Oposição.

Querem administrar a Oposição. Não sabem administrar o País, não sabem administrar o Estado, não sabem administrar nem a COPEL, nem TELEPAR, nem SANEPAR. São uns incompetentes e quem, com conversa fiada, administrar o meu Partido, o seu Partido, Deputado.

Estamos calejados, em quase vinte anos de repúdio a um regime que não conseguiu quebrar a nossa espinha.

Aqueles que querem ouvir, que ouçam. Os que querem ver, que vejam. Porque as vozes que são levantadas aqui, nada mais são do que o eco dos esfomeados, dos deserdados que estão aí, a sofrer na carne, o desgoverno de quase vinte anos.

Cumprimento-o pelo seu pronunciamento. Ele nada mais é do que a expressão da verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. FIORI LUIZ — Agradeço o aparte do nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Encerro, Sr. Presidente, lamentando que ontem, nesta Casa, dois requerimentos de nossa autoria tivessem sido rejeitados, um dos quais alertando para as declarações do Sr. Secretário da Educação do Estado do Paraná, Edson Machado, numa tentativa de burlar a lei que cria os dois reajustes semestrais para funcionários e servidores da Universidade, tentando transformar as fundações em autarquias.

Foi uma entrevista dada em pleno período de carnaval, o nosso Secretário da Educação imitando o Joãozinho Trinta, numa declaração momesca, infantil, inconsequente desse Secretário, que obedece as mesmas diretrizes que obedecia o General Ney Braga quando Ministro da Educação, e nada fez para

federalizar as nossas universidades, tanto Ney Braga como Edson Machado, da Educação, serviram as forças repressivas, que criaram o 477 e o 288.

Hoje o Sr. Edson, subalterno do General Ney Braga vem a público querer criar autarquias, transformar as fundações estaduais em autarquias.

É a prova de incompetência, do tecnocratazinho formado nos laboratórios de Brasília.

É o que ocorre com todo o Secretariado do General Ney Braga.

Obrigado, Sr. Presidente. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado ao PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Liderança do PMDB vem encaminhar um requerimento, pedindo um voto de aplausos ao trabalho desenvolvido pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, bem como a transcrição nos Anais da Casa de seu documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano" e de sua nota oficial sobre a mesma questão.

Sr. Presidente, para que esta Casa possa tomar conhecimento de aspectos importantes deste trabalho elaborado pela Comissão Pontifícia e Paz da CNBB, queremos apresentar o extrato de alguns aspectos que entendemos importantíssimos.

Diz o documento que serviu de importante subsídio à reunião de Itaipu, da CNBB, recentemente realizada, que como decorrência do processo de transformação que vem acontecendo na economia paranaense, desde a década de 60, o que observamos é o inchamento das principais cidades.

No caso do Paraná, o processo de expulsão do campo tem sido muito intenso.

Se na década de 30, o Paraná foi o Estado que mais acolhia os migrantes, os dados recentes do último censo demonstram que o nosso Estado é, hoje, um dos que mais expulsam aqueles que construíram o Paraná.

Por outro lado, as cidades não estão preparadas, quer em infraestrutura, quer na geração de empregos, para absorver essa população.

A política habitacional do Governo e das Prefeituras, como atesta a própria realidade, não respondem à demanda da população. Levando-se ainda em consideração que essa população recém-chegada é, ainda, em sua maioria, desqualificada, portanto, de baixa renda, a solução encontrada foi buscar os terrenos públicos ou particulares, e construir, dentro de suas condições, seu modo de habitação: as favelas que aí estão.

Note-se, por outro lado — continua o Documento — a população favelada do Paraná é constituída, em sua maioria, por pessoas inseridas no mercado de trabalho.

O que as leva buscar as favelas é exatamente o seu nível de renda e a despesa familiar.

A Opção da favela significa uma economia significativa em seu orçamento. Pois na favela não pagam aluguel, prestação do imóvel, água, luz e esgoto, etc.

Acrescente-se a isso que as favelas localizam-se próximas aos mercados de trabalho, economizando-se no transporte.

Esse processo de ocupação tem sido conflitivo, ocorrendo uma série de violências contra essas populações.

Em 1975, Curitiba tinha 17 mil pessoas em 17 favelas.

Em 1979, já eram 31 mil pessoas em 52 favelas.

Aqueles que não querem a favela por possuírem um pequeno capital, ao chegarem à cidade, tendem a se localizar na periferia, pois nestas áreas mais distantes do centro urbano o preço da terra é mais baixo.

Porém, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esse Documento

diz mais: "As condições de infra-estrutura são péssimas, além de gastarem um tempo enorme para se dirigirem ao emprego, ou para retornarem às casas.

Muitos desses recém-chegados são ludibriados por verdadeiras quadrilhas, quadrilhas estas que se especializam em venderem lotes não regularizados, ou clandestinos.

Essa situação é comum, hoje, nas principais cidades do Estado, especialmente Curitiba e Foz do Iguaçu.

O caso de Foz do Iguaçu é típico para demonstrar o processo de explosão demográfica. Com a construção da hidrelétrica de Itaipu, a cidade que estava preparada para 30 mil habitantes, saltou para 140 mil!

É fácil perceber os problemas decorrentes desse inchaço urbano: surgiram enormes favelas ao longo do Rio Paraná, assim como os chamados loteamentos irregulares e clandestinos.

Em todos os lugares, a ação desses grupos organizados para ludibriarem o povo é a mesma. Eles abrem um loteamento sem obedecerem as normas legais. Passam anos e não procuram legalizar a situação de posse para assim poderem dar as escrituras aos compradores. É comum cobrarem impostos dos compradores em quantidade bem superior ao valor lançado pelas Prefeituras. Diga-se de passagem, que esse valor é baixo, pois as Prefeituras cobram por gleba devido ao loteamento não estar regularizado na Prefeitura.

Se o comprador atrasar três meses, eles renovam o contrato triplicando o valor do mesmo, além do mais, não recolhem impostos junto à Prefeitura. É comum os moradores desses loteamentos receberem notificação de multa da Prefeitura, por não terem o alvará de construção e a planta, porém não os tem porque o loteamento é clandestino e nesse caso, a Prefeitura não fornece o referido alvará.

Na década de 60, Curitiba estava com 600 loteamentos nessa situação. Hoje, declarações recentes da Prefeitura afirmam que é bem menor o número. É comum as Prefeituras jogarem a culpa nos compradores confirmando e afirmando que eles não buscam informações antes de comprarem os lotes. Por outro lado, as Prefeituras não exercem uma rígida fiscalização sobre essas imobiliárias já conhecidas na praça.

No caso de Curitiba, os lotes são vendidos por camelôs e eles instalam seus carros junto aos pontos de maior movimento da população e especialmente nos terminais de ônibus que se destinam à periferia e ali agem diuturnamente sem serem molestados.

Como as ofertas são tentadoras e essa população sendo pouco informada, acaba ludibriada. Quando se questiona do Prefeito, no caso de Curitiba sobre a necessidade de uma fiscalização rígida, a resposta é que não possuem condições para isso.

Na verdade, se for feita uma análise criteriosa sobre a política de investimentos públicos facilmente se percebe que as prioridades são outras e os pobres que são responsáveis pela maior parte da receita da própria municipalidade, não podem nem influenciar no orçamento municipal visando defender seus direitos.

Só no Bairro do Xaxim em Curitiba, existem quatro loteamentos clandestinos, essa população está lutando desde 70 para regularizar a posse. Foram sempre ludibriados principalmente por políticos que se fizeram às custas do sofrimento dessa população e dizendo possuírem influência como sabemos, junto aos órgãos especializados e iriam resolver o problema e de prático nada aconteceu.

Em janeiro de 80, buscaram apoio da Comissão Justiça e Paz e através dessa assessoria se partiu para uma ação judicial que notificou loteadores e autorizou depósito em cartório, de prestações a vencer.

Senhor Presidente, diz mais o documento que este fenômeno se repete no Sul do País por inteiro e aqui no Paraná, a

coisa é gravíssima, conforme se pode atestar pelos dados e pelas notícias e cadastros que possuem.

Mas, Sr. Presidente, para não me estender muito na leitura deste importante trabalho, da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, exatamente sob o título: "Propriedade e Uso do Solo", nós vamos para o final desta verdadeira obra de dados e informações:

"Através de pesquisas realizadas pelo IPPUC, nos anos de 77/78/79, pode-se verificar o crescimento das favelas em termos de números de barracos, de números de famílias e pessoas. O quadro apresentado e que poderíamos aqui delinear, mostra esses dados detalhadamente para cada favela.

Basta citar alguns aspectos, tomando-se apenas os dados referentes ao total de favelas, tem-se que o crescimento do número de barracos de 74 a 78, foi de 40,7% e de 78 a 79, de 22,59%.

Considerando-se os intervalos de tempo de um período a outro, pode-se afirmar que o processo de crescimento, intensifica-se nos últimos anos. Em fins de 79, quando da realização do último levantamento, a população favelada de Curitiba, já montava 30.892 pessoas para um total de quase sete mil famílias.

Senhor Presidente, apesar de não se ter dados exatos sobre a origem e tempo de residência dessas pessoas nas favelas, pode-se apontar, a partir de verificação empírica que as favelas atualmente não recebem apenas pessoas recém migradas para a Capital, mas também aqueles naturais e residentes na cidade há bastante tempo.

São famílias que residem em casas alugadas, ou mesmo adquiriram casas próprias através do esquema financeiro do BNH, e que por condições de pauperização crescente, dadas aos baixos salários, rotatividade nas empresas e outras causas, viram-se obrigados a invadir terrenos desocupados, públicos ou particulares, ampliando assim o número de favelas.

Esse processo de pauperização que se verifica sobre a população brasileira levou também a uma configuração social na composição das favelas, diferentes daquela que se conhecia até há poucos anos atrás. Favelado era sinônimo de marginal, desempregado, mendigo, biscateiro e outros termos. Atualmente, este conceito tem que ser reformulado. Na favela residem operários não só desqualificados, como também profissionais de várias categorias — pedreiros, marceneiros, motoristas, agentes de segurança pública, metalúrgicos entre outros empregados, inclusive com registro em carteira profissional."

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Tem o aparte o Deputado Nestor Baptista, que inclusive, é um dos subscritores deste requerimento, juntamente com o Deputado Waldyr Pugliesi, Presidente do PMDB.

O Sr. Nestor Baptista — Agradecido, nobre Deputado, apenas para dizer que na realidade esse relatório da Comissão Pontifícia Justiça e Paz do Paraná traz, com muita propriedade, aquilo que vem acontecendo em toda a região Sul, e principalmente na nossa Curitiba.

Curitiba de Prefeitos biônicos, de verdadeiros assassinos da democracia como Saul Raiz e Jaime Lerner. Este último, inclusive, saiu recentemente com metralhadora na mão, para atacar este documento da Comissão Pontifícia Justiça e Paz.

Apenas para dizer que na próxima semana, nós estaremos novamente ocupando a tribuna para tentar mostrar, desde que tenhamos apoio da nossa imprensa aquilo que estes homens vêm fazendo em Curitiba. Os nomeados, inicialmente Jaime Lerner, depois Saul Raiz e agora novamente Jaime Lerner, homens que vêm fazendo com que Curitiba que era realmente uma cidade humana, uma cidade boa de se morar, se transforme naquilo que todo o Brasil está se transformando: um verdadeiro inferno graças àqueles homens que não têm o

mínimo compromisso com a democracia, que não têm o mínimo respeito para a condição humana.

Volto a repetir, como Saul Raiz e Jaime Lerner, que serão destacados em trabalho que deverei realizar na próxima semana, aqui nesta tribuna.

Meus cumprimentos ao nobre Deputado, e enalteço novamente esse relatório dessa Comissão que é muito brilhante. O SR. NELTON FRIEDRICH — Muito obrigado, Sr. Deputado. (Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Concluo, Sr. Presidente, dizendo ao Deputado Nestor Baptista e aos Senhores Deputados da Casa, que talvez os Deputados que aqui estão precisariam aprofundar um pouco o estudo sobre esse documento, até porque os próprios Prefeitos biônicos que aí estão, poderão na página quatro desta obra de investigação fática, analisar a experiência de Lajes que aqui é levantada pelo próprio trabalho, onde diz em Santa Catarina, uma busca de solução. E fala da experiência de Lajes que sabemos é uma experiência extraordinária, já hoje contada no livro de Márcio Moreira Alves — “A Força do Povo”, experiência essa de um Prefeito do PMDB e que a bancada irá visitá-la no mês de abril.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que o nosso requerimento conta com o apoio desta Casa, para ter em mãos esse estudo, porque é uma radiografia da realidade urbana da questão do solo e da propriedade, na região do Sul e, em especial, na área metropolitana de Curitiba.

Tomara que possamos ter a contribuição de todos os Senhores Deputados, aprovando esse voto de aplauso ao trabalho da Comissão Pontifícia Justiça e Paz e a transcrição nos Anais da Casa do documento, “Propriedade e Uso do Solo Urbano”.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se quer fazer uso do seu horário.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Senhores Deputados.

Venho hoje à tribuna apenas por ter ontem assistido noticiário de televisão e ter visto, com surpresa, uma entrevista concedida pelo Sr. Saul Raiz, através da referida emissora de televisão, quando Sua Excelência dava uma demonstração que a sua maior preocupação, ao dar a entrevista, era realmente a de reclamar da Oposição. Ao invés de contar fatos novos para o Paraná, o Sr. Saul Raiz apenas e tão somente se mostrava intimamente revoltado porque teria sofrido alguns reparos nesta Casa Legislativa.

Mas a verdade é que acabou confessando que veio participar do Governo para distribuir dinheiro e deixou claro que, nesta distribuição, não há nem mesmo a programação pré-estabelecida pela nova pasta ou pelo Governo.

É um fato realmente curioso. Deixou claro o Sr. Saul Raiz, no seu pronunciamento, o que pretende fazer, declarando que o objetivo era a aprovação ou não das propostas que viessem dos Prefeitos do interior, apresentando cada um as reivindicações, ou as necessidades, ou as urgências do que pretendiam gastar. Aliás já se comentava pelos corredores que, efetivamente, já se formou um esquema para atendimento através da Secretaria, do Super-Secretário, esquema este que dá quase que valores de aplicação em cada município: para os grandes municípios seria uma cota na faixa dos 5 milhões, 3 para os médios e 1,5 para os municípios menores.

E que problema seria a vinda dos Prefeitos que viriam dizer da necessidade e apenas então o Sr. Saul Raiz, ou a sua Secretaria diria se estas necessidades são urgentes, daria o dinhei-

ro e ele gastaria como bem entendesse.

Na verdade, a nossa presença é mais em função do comportamento, porque entendemos que possuindo, como possui, o Partido do Governo, representantes vibrantes e capazes nesta Casa, que inclusive na sessão passada tomaram posicionamento em favor do Sr. Saul Raiz, não me parece muito razoável que Sua Excelência vai se preocupar, quando está fazendo uma viagem, como dizia, para buscar mais 7.500 casas populares para o Paraná, não me parece tão razoável que Sua Excelência venha a ocupar, numa entrevista que concede à uma emissora de televisão, um espaço especialmente para gritar contra a Oposição.

O que está evidenciado, Srs. Deputados, é que efetivamente estamos vendo a montagem de um esquema político cuja tendência é de transformar o Sr. Saul Raiz num possível candidato à governança.

Mas certamente já entendeu o Sr. Saul Raiz e nós também, que é um trabalho profundamente difícil para o Governo. Profundamente difícil especialmente para conseguir fazê-lo ou transformá-lo num homem do povo, em termos do Paraná, quando sabemos que na grande maioria deste Paraná Sua Excelência não passa de um ilustre desconhecido.

Então é este fato talvez que esteja até apavorando o Sr. Saul Raiz para que ele esqueça seus defensores e se lance assim contra as oposições, usando emissora de televisão.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado, causou-me estranheza pronunciamento do Sr. Saul Raiz, quando dizia outro dia, por um canal de televisão, quando ele dizia mais ou menos o seguinte: — olhe, Prefeitos, gastem o dinheiro rapidamente e venham pegar mais que eu tenho. Tenho, gastem rapidamente... quer dizer, nesta simples frase do Sr. Saul Raiz me ficou a imagem de um homem irresponsável. Primeiro porque ele não tem coisa alguma, ele nada mais é do que um preposto da Ditadura. Ele que venha disputar eleições; venha comer a hóstia cívica que é o voto.

Sr. Deputado, nós precisamos cortar o mal, é pela raiz mesmo. Porque aquele cidadão eu gostaria de saber como ele se coloca diante dos patrões dele. Porque os patrões estão falando para não se gastar nada e ele vai à televisão e fala para esse mundo de Prefeitos incompetentes que nós temos por este Paraná afora, para gastar rapidamente. Então fica aí as contradições desse regime falido. O Sr. Saul Raiz, eu o conheço como um homem que tem calo nos joelhos de tanto se ajoelhar diante dos ditadores deste País. Ele se julga um homem muito bem relacionado, que é só chegar na porta dos grandões deste País, que as portas vão se abrindo. Acho que é uma irresponsabilidade, se pegar dinheiro como foi dado por esta Casa, autorização e se falar dessa maneira na televisão: — Gastem rapidamente. Aí está mais um grande foco de corrupção que vai nascer neste Paraná: dinheiro sem fiscalização, que será aplicado por este Paraná afora. Fica aqui a palavra do PMDB, de apoio às palavras de Vossa Excelência pronunciando em nome do seu Partido. E a nossa preocupação com este tipo de homem, para ver se o PDS arruma candidato ao Governo do Estado em 82. A única coisa que eu gostaria que esse cidadão fizesse, é que ele viesse a disputar, realmente, as eleições para ver a resposta que ele vai receber do povo do Paraná, que está cansado de biônicos; está cansado de profetas, fabricantes desses homens que não têm compromisso algum com o povo. Como se fazendo aí meia dúzia de casas populares, em um ou outro distrito, vai resolver o problema desse povo paranaense aqui que não tem emprego. Joga-se ele dentro de uma casa de 30 metros, sem emprego, sem dentista, sem médico, sem advogado.

Era isso que eu gostaria de dizer.

Muito obrigado.

O SR. DÁCIO LEONEL — Agradeço a Vossa Excelência. Eu tenho me perguntado inclusive e no aspecto político eu ando até meio confuso, do que se pretende, do que se faz neste

Paraná.

Primeiro, com a nova Secretaria criada, especialmente para ser ocupada pelo Sr. Saul Raiz, a verdade é que se evitou a presença dos Prefeitos das lideranças, para tratar de assunto junto às demais Secretarias.

Porque o Prefeito hoje que vai tratar de pavimentação, me parece ele não vai mais tratar junto ao Departamento de Estradas de Rodagem, os problemas que ele tinha, até creio que com SANEPAR, com TELEPAR, problemas afetos à Secretaria do Interior, tudo hoje está englobado numa única Secretaria. Quando isto aconteceu, a impressão que eu tive é que talvez com a criação de uma super-secretaria, ou então uma Secretaria que fizesse as funções que me parece estar fazendo quase que as funções executivas do próprio Governador, entendi que praticamente quase desapareceriam as razões da existência das demais Secretarias. E o que se esperava é que houvesse pelo menos um grito; mas não, o que houve, foi uma movimentação maior de Secretários, como o do Interior. Mas nesta movimentação também de cunho político a tal ponto que passou a fazer com que os próprios Deputados Federais já começassem a sentir que estava havendo um trabalho encima das suas bases. E o que está acontecendo é que realmente está girando em termos de Governo hoje, uma confusão política que nesta altura não se sabe mais nada. Porque mesmo depois que se comentou que se criaria uma Secretaria especificamente para fazer-se do Sr. Saul Raiz, que voltaria ao Paraná para ser um provável candidato ao Governo do Estado, o que acontece é que depois, faça a gritas, face a outros engrupos dentro do próprio Partido, antagônicos ao Sr. Saul Raiz, passou-se a fazer um trabalho de lançar quase que todos os Secretários de Estado em praticamente campanhas à própria Governança.

Passados uns dias, transformaram-se, ao invés de candidatos a Governador, em candidatos a Deputados Federais, passaram os Deputados Federais a reagir contra a invasão de áreas, e aí está formada uma celeuma que ninguém mais entende.

Tudo isso entretanto é um problema doméstico do outro Partido. Mas, o que eu quero é entender, o que eu volto a insistir é no mesmo ponto de vista: é que nós deveremos ter o direito de assumir as tribunas exatamente para tomar certos posicionamentos, especialmente com referência à distribuição dos próprios recursos do Estado, à forma como eles sejam feitos, se apenas no aspecto político ou também no sentido administrativo.

Mas, não é possível que, além de termos que aqui, enfrentar a galharda bancada do Partido do Governo, ainda possamos ter esses Secretários preocupados com o que disseram os representantes da Oposição exatamente na sua Casa Legislativa.

Deputado Darcy Deitos, com prazer.

O Sr. Darcy Deitos — Nobre Deputado Dácio Leonel, a ida do Sr. Saul Raiz para a Secretaria de atendimento aos Municípios, como já tive oportunidade de dizer anteriormente desta tribuna, é uma Secretaria essencialmente política. Quer dizer, fica evidenciado que se vai distribuir dinheiro dos impostos arrecadados pelo povo do Paraná para os Prefeitos gastarem como quiserem, verbas a fundo perdido, para que a corrupção campeie neste Estado, como sempre tem campeado, nobre Deputado.

Quem não se lembra do projeto Noroeste, quando milhões foram distribuídos por este Paraná afora, e que em combate à erosão nada foi aplicado, a não ser em projeto político, projeto eleitoral das eleições de 1976 e 1978.

Mas, fica evidenciado também, através da imprensa, a força que os homens do Governo pretendem dar ao Sr. Saul Raiz. Queria fazer aqui uma sugestão, se não seria mais prático, a gente nesta Assembléia apresentar, ou ainda iremos assistir daqui, o Partido do Governo apresentar um projeto para que se solicite ao Papa João Paulo II, a canonização do Sr. Saul Raiz, porque da forma como está sendo colocada hoje, no Pa-

raná, essa Secretaria, só falta ele ser chamado de São Saul Raiz, o Salvador do Estado do Paraná, e eu diria, o Salvador do Barco do PDS que está afundando, ou melhor, que já está afundado.

O Sr. Fiori Luiz — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento)

A verdade é que por esta distribuição de verbas e dinheiro, nós entendemos que o Secretário Saul Raiz nada mais é do que um passador de cheques, e esta função seria do Banco Oficial do Governo.

Não é preciso um Secretário só para passar cheques.

Ocorre que os Prefeitos do interior já estão gritando, principalmente daqueles poucos da Oposição, do PMDB. O Prefeito de Ibiporã está aguardando até hoje, uma verba para construir um pequeno ginásio de esportes. Essa verba foi negada. Cambé grita, Sertanópolis grita, Florestópolis grita. Entendo que homens como Saul Raiz, que eles tentam formar como um Super-Secretário e um Super-Candidato, nada mais é para mim, do que um esteleionatário da política, um batedor de carteira cívica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que tem um minuto para o término de sua oração.

O SR. DÁCIO LEONEL — Lamento, também tenho uma solicitação de aparte do Deputado Jurandir Messias, de Vossa Senhoria, Deputado Deni Schwartz. Todavia é impossível.

Agradeço. Obrigada pela atenção, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PTB se deseja fazer uso de seu horário.

Tendo declinado, no horário reservado ao PDS concedo a palavra ao nobre Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Esta Casa testemunhou na tarde de hoje uma série de ataques, de críticas, de análises, algumas ponderadas, e outras injustas, algumas movidas pelo sensacionalismo, às quais eu me permito desta tribuna, em nome do meu Partido, refutar veementemente.

Mas, permito-me principiar, pela homenagem que entendo justa, aos Prefeitos do Paraná que foram tachados de incompetentes. Prefeitos do Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, são de todos os partidos. São os homens que têm a carga maior sobre seus ombros, em seus municípios, e foram tachados, abruptamente, de incompetentes.

E como é triste a generalidade. Como é triste a análise uniforme, porque injusta e até porque irracional.

Nossa homenagem, portanto, a todos os Prefeitos do Paraná, indistintamente.

Mas, assistimos algumas afirmações que chocam o decoro parlamentar, como quando usava a tribuna o Deputado Fiori Luiz. Debate pressupõe respeito, pressupõe relacionamento humano, pressupõe respeito mútuo.

Por outro lado, ouvimos a leitura de um Documento, feito pelo Deputado Nelson Friedrich, com elevação, numa análise criteriosa. Mas, nem por isso Sua Excelência deixou de agir respeitosamente, pois sabe se colocar dentro de um nível de discussão compatível com uma Casa como esta.

Se estamos aqui para preservar valores políticos e para fazer impor, definitivamente, à sociedade brasileira a responsabilidade de político, é necessário, primeiramente, que saibamos também nos conduzir da tribuna. Um Secretário de Estado, um Governador de Estado, um Presidente da República, um homem público, merecem todos o mesmo respeito que nós, Deputados, devemos exigir para nós mesmos.

Mas, o dito popular, muito sábio, é realmente generoso em

sua profundidade: "É bom respeitar para sermos respeitados".

E estamos acostumados, lamentavelmente, a ouvir da tribuna desta Casa, por parte de alguns setores da Oposição, afirmações que estão muito longe do decoro parlamentar.

Afirmações que estão divorciadas da educação mais rudimentar que se pode receber no recesso de um lar, afirmações que enxovalham a própria classe política e que desmerecem o próprio Parlamento.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero, em nome do meu Partido, rechaçar, veementemente, todas as afirmações feitas sem sentido algum de respeito pelo Deputado Fiori Luiz e por seus aparteantes, fazendo questão que os Anais desta Casa registrem esta posição do PDS. Porque, o mesmo respeito que exigimos da Oposição, no debate elevado, temos o direito de exigir, aqui neste plenário, porque não somos moleques e não estamos num botequim. Porque temos responsabilidade e não estamos conversando, de forma vã, nas esquinas de qualquer cidade.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte?
O SR. AIRTON CORDEIRO — Ora, Sr. Presidente, como é que podemos conduzir os debates, nesta Casa, quando falta o elementar, o essencial, que é o respeito?

Então, se usa da tribuna, simplesmente para ofender, simplesmente para expulsar de seu íntimo a agressividade que está acumulada, não sabemos por quais problemas, por quais deficiências emocionais. Não estamos aqui para ouvir, calados, este festival, verdadeiro festival, de palavras mal colocadas.

Ouvimos, por outro lado críticas que se vem repetindo nos últimos dias ao Governo do Estado e ficamos felizes com as críticas da oposição.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Fica nada!

O SR. AIRTON CORDEIRO — Felizes sim, porque este é o grande sintoma de que o Governo do Estado está trabalhando.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Credo!

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — Já tem o aparte solicitado anteriormente pelo Deputado Jurandir Messias, que concederei tão logo conclua o meu pensamento. Se preocupam alguns Deputados da Oposição com o que o Governo do Estado está fazendo e ouviremos muito este choro! Mas ouviremos repetidamente porque começamos praticamente o ano eleitoral, o período eleitoral. Quando algum Secretário de Estado vai à televisão, ele vai se defender! E tem que se defender como nós Parlamentares dispomos desta tribuna. E aqui não tem acesso aqueles que estão compondo o Governo do Paraná, senão quando convidados formalmente por esta Casa.

Mas formidável é falar da Secretaria de Desenvolvimento dos Municípios! Formidável dizer que os Prefeitos devem gastar rapidamente o seu dinheiro, porque incompetentes seriam se não o fizessem assim, com esta inflação de mais de 100%.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Provocada pelo seu Governo incompetente!

(Tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Solicito aos Senhores Deputados que em respeito ao Regimento Interno, não interfiram sem que o orador que está ocupando a tribuna conceda o aparte.

O Sr. Augusto Carneiro — Solicito a Vossa Excelência, Deputado Airton Cordeiro, que na hora oportuna me conceda um aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Concederei, Deputado.

Incompetente é o Prefeito que não vem buscar recursos, que não vem bater nas portas de quem pode lhe entregar recursos. E há pouco ouvíamos uma crítica, aliás feita respeitosa-mente pelo Deputado Dácio Leonel, a esta nova política do Governo do Paraná.

E eu menciono o exemplo de três Prefeitos do Partido de Sua Excelência que já têm recursos financeiros destinados pelo Governo do Estado: — recordo-me de Paranaguá, de Arapongas, são dois desses municípios. Lembro-me de Guarapuava, Prefeitura controlada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Então não há discriminação Sr. Presidente e Srs. Deputados. Há um tratamento uniforme.

Como me permito também rechaçar a colocação feita quanto a centralização excessiva que haveria na nova Secretaria como está marcadamente provado que cada setor da administração do Estado tem as suas atribuições e estas suas atribuições são respeitadas inteiramente.

Ouvimos do Deputado Nestor Baptista a afirmação de que os Prefeitos Jaime Lerner e Saul Raiz foram assassinos aqui em Curitiba. Memória curta da Oposição Sr. Presidente, porque foi dentro da análise feita pelo Deputado Nelson Friedrich, que o Deputado Nestor Baptista usou esta expressão, ignorando, desconhecendo, intencionalmente ou não o plano de trabalho que a Prefeitura de Curitiba vem encetando para liberar as nossas favelas e para poder adequar a realidade social às populações mais carentes do nosso município.

Lamento que o Deputado não saiba, não conhece, ou intencionalmente ignore o plano de desfavelamento colocado em ação por ocasião da gestão do ex-Prefeito Saul Raiz. Plano de desfavelamento aliás que foi boicotado Sr. Presidente, por Vereadores do Movimento Democrático Brasileiro de então, na Câmara Municipal de Curitiba em alguns aspectos e inclusive por motivos suspeitabilíssimos.

Ora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a crítica fácil não tem efetivamente compromisso algum com a ação. Nós ouvimos também do ex-Prefeito de Arapongas, Deputado Waldyr Pugliesi, colocações quanto à administração. Será que resistiria a gestão de Vossa Excelência uma análise profunda de qualquer setor da vida paranaense, quanto aos efeitos de todo o trabalho de Vossa Excelência? Será que Vossa Excelência eliminou a pobreza de seu município? Será que Vossa Excelência transformou Arapongas num município mais urbanizado, ou de melhor atendimento no meio rural? Será que Vossa Excelência é paradigma da perfeição?

Não me consta que isto tenha acontecido, porque muito mais fácil é...

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... ir para as reuniões sem compromisso algum e para usar o mesmo vocabulário que esta Casa testemunhou no dia de hoje, com tristeza, quando faltou o mínimo de decência para o uso do nosso idioma com respeito ao próximo.

Sr. Presidente, pela ordem concedo o aparte ao Deputado Jurandir Messias.

O Sr. Jurandir Messias — Deputado Airton Cordeiro, teria pedido um aparte ao Deputado Dácio Leonel mesmo porque entendi naquele pronunciamento, como sendo uma crítica até certo ponto construtiva. O Deputado Dácio Leonel que merece todo o respeito, toda a consideração e que eu acompanho o seu trabalho há muito tempo nesta Casa, mas infelizmente, Deputado Airton Cordeiro, o seu pronunciamento, no final, ficou desvirtuado da sua intenção, ficou manchado, com os apartes que recebeu.

Deputado Airton Cordeiro, quantas vezes nós Deputados de Situação, Deputados da Oposição, de diferentes Partidos, viemos à tribuna solicitar uma maior compreensão dos órgãos do Estado, da União, para que desse melhor atendimento, melhor meio de vida, melhor arrecadação, principalmente aos pequenos municípios de todo este Brasil.

Pois bem, Deputado Airton Cordeiro, o Governador Ney Braga que para nós não é novidade, que sempre demonstrou uma grande sensibilidade principalmente pelos municípios de

seu Estado, procurou e encontrou uma fórmula de dar este atendimento aos pequenos municípios, principalmente. Hoje para nossa surpresa, Deputado Airtton Cordeiro, vem a Oposição criticar, criticar porque o Governo Ney Braga, através da Secretaria de Saul Raiz está dando dinheiro, está oferecendo, não está querendo nada em troca. Está dando graciosamente. —Leve, o que você quer construir? —O Que você quer fazer no seu município? Vocês não têm recursos? O teu plano de obras está carente? Eu sei disto.

— Então veja as prioridades do teu município e vou te dar uma importância em dinheiro e depois tu prestas contas ao Estado.

E não é só um milhão e meio como disseram. Ele não deu ainda menos de 3 milhões a qualquer um dos municípios, principalmente os pequenos e também ainda não discriminou: todos aqueles que vieram a sua Secretaria, levaram a sua ajuda, grande, pequeno ou médio município, da Situação ou da Oposição. Mesmo os Prefeitos incompetentes, mesmo os Prefeitos analfabetos levaram a sua contribuição. Mas naturalmente eles terão alguém em seus municípios, uma assessoria que não seja analfabeta, para aplicar esse dinheiro que Saul Raiz está dando ao seu município.

Deputado Airtton Cordeiro, nós estamos na abertura. A abertura aí está. Saul Raiz ainda não pode concorrer a uma eleição, porque não teve, de 1.964 até esta data, uma eleição direta.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao nobre orador que resta um minuto para concluir a sua oração.

O Sr. Jurandir Messias — Completando, mas fica aqui, lançada oficialmente, a candidatura de Saul Raiz ao Governo do Estado do Paraná.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Deputado Jurandir Messias, Vossa Excelência com a experiência política que tem de muitos anos, sabe que quanto pior, melhor para a Oposição. Vossa Excelência sabe que certa oposição menos séria no Brasil e eu não generalizo a Oposição dentro deste conceito, está profundamente interessada em que a situação nacional, se agrave cada vez mais. E é o que interessa aos radicais de palavra fácil, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Aqueles que na verdade buscam, pelas suas palavras, pura e simplesmente criticar, destruir, se possível reformular os conceitos de criação do mundo melhor, aparece mais, é mais fantástico. Enfim são aqueles que, metidos a iconoclastas, buscam a afirmação por responsabilidades menores.

Mas nós estamos acostumados sim com este tipo de comportamento e há muito tempo estamos ouvindo esta balela de que a próxima eleição vai mostrar quais são os bons no Paraná. Lembro-me da minha primeira eleição, candidato à Vereador, em Curitiba, dois anos depois de uma vitória da Oposição aqui na Capital, e o nosso Partido fez maioria na Câmara Municipal de Curitiba. Depois veio, Sr. Presidente, a eleição de 78, as afirmações eram as mesmas e nós ganhamos. Desagravando todos os nosso correligionários, aqueles que não foram atingidos, porque tudo não passou de uma tentativa menos respeitosa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/80, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que declara de Utilidade Pública a “Associação Promocional da Adolescente — A.P.A.”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/80, de autoria do Deputado GILBERTO AGIBERT FILHO, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Prudentópolis”, com sede e foro na Cidade de Prudentópolis. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 145/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de Utilidade Pública a “Associação de Senhoras Rotarianas — Casa da Amizade Faxinal”, com sede e foro na Cidade de Faxinal. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado artigo por artigo.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 165/80, de autoria do Deputado FRANCISCO ESCORSIN, que declara de Utilidade Pública o “Templo Espiritualista São João Maria Agostinho”, com sede e foro na Cidade de Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhor Luiza Genari Boutin, ocorrido na cidade de Toledo. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a instalação de Posto Policiais de Bairros no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Educação, encarecendo a criação e instalação do ensino de 1.º Grau, 5.^a a 8.^a Série, no Distrito de Rio Verde, Município de Manborê. Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar.

Sr. Presidente, eu pedi para encaminhar o presente requerimento, porque realmente o Deputado Darcy Deitos representa comigo, o Município de Manborê, e eu sempre tive isso como uma grande honra, poder contar com o eminente Deputado daquela região, Darcy Deitos.

Eu quero pedir, inclusive, a minha Bancada, para que dê apoio ao requerimento do Deputado Darcy Deitos, e também deixo aqui, além da nossa congratulação pela lembrança do Deputado, também dizer a ele que já se torna mais fácil a criação do primeiro grau, uma vez que já temos o prédio e eu tenho certeza que o Deputado Darcy Deitos tem conhecimento disso.

Já temos o prédio de alvenaria construído em Rio Verde, e com a construção daquele prédio, que é uma das exigências principais da Secretaria para instalação do 1.º grau, tornar-se-á muito mais fácil.

Portanto, parabeno-me com o Deputado Darcy Deitos, porque representamos aquele município sem cor parti-

dária, sempre procurando levar a nossa gente, ao nosso Município de Mamborê, as coisas úteis que o povo possa precisar, que sejam de interesse da comunidade de Mamborê. Fica aqui o meu apoio de público, ao requerimento.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está em votação.

Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente Regional do INAMPS, encarecendo a suspensão do credenciamento dos médicos que atenderam os menores Magno Luciano Ferreira de Lima, em nossa Capital e Marcos Welder Nantes, no Município de Arapongas, até que sejam apuradas as responsabilidades dos mesmos nos acidentes que causaram. Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Recursos Humanos, encarecendo informações sobre certificados de conclusão do 2.º Grau apresentados a mesma para prova em empregos públicos. Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Para discutir, fica adiada para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nestor Baptista, Waldyr Pugliesi e Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando voto de aplausos ao trabalho desenvolvido pela Comissão Pontifícia de Justiça e Paz do Paraná, bem como a transcrição nos Anais da Casa de seu documento "Propriedade e Uso do Solo Urbano" e de sua nota oficial sobre a mesma questão. Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Prefeito Municipal de Curitiba e Vereadores, visando a revogação da legislação que estabelece a vida útil dos automóveis utilizados para o serviço de táxi desta Capital. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Na forma regimental, adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S.A., encarecendo a instalação de um Posto Avançado de Crédito Rural, no recém criado Município de Douradinho — Pr. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam con-

cluídas as obras de duplicação da Estrada BR-277, Curitiba — Paranaguá. Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do 9.º aniversário frente à Direção daquela Delegacia. Em discussão.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias, um periódico, de nossa Capital, colocava em manchete. "E a Massa, General?"

Srs. Deputados, o PMDB considera que o trabalho é o fundamento da riqueza coletiva.

Os interesses do trabalho se sobrepõem aos do capital. E impõem justiça na repartição da renda e da riqueza.

Este é um dos princípios básicos do programa de nosso Partido. E, por esta razão, estamos na tribuna, em se tratando de um requerimento dessa espécie.

Vivemos uma época de dificuldades e misérias multiplicadas, em que todos os valores democráticos, na sua substância maior, acabaram substituídos ao elogio ao autoritarismo.

Inclusive, portanto, ao privilégio, à concentração da renda.

E é exatamente esse sentido que vemos na proposta de saudação aos 9 anos que o Delegado do Ministério do Trabalho, General Adalberto Massa permanece à frente de seu posto. É o prêmio, a permanência no poder, de forma discricionária, sem respaldo, ou legitimidade, pois o Delegado do Trabalho é nomeado por Ministro de um Governo não eleito.

E sabemos que se fizermos, hoje, um plebiscito entre os trabalhadores desta Capital, deste Estado, a resposta seria um "não", a permanência deste homem.

Porque o General Massa tem caracterizado a sua permanência não pelo respeito à democracia, não pela defesa dos interesses dos trabalhadores, mas pela tentativa freqüente de burlar eleições sindicais legítimas, e pela intervenção nas negociações entre empregados e patrões, na defesa destes últimos.

Foi assim, quando da recente eleição da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, quando a Chapa 2, formada principalmente pelos trabalhadores que lideraram a greve da categoria, e com amplo respaldo de seus companheiros, chegou à vitória, o General Massa, imediatamente, passou a trabalhar pela sua destituição.

Um dia antes dessa Chapa tomar posse no Sindicato, o General anulou as eleições, através de um despacho totalmente discutível, que nada provou sobre as alegadas irregularidades. No mesmo dia Massa nomeou uma Junta Interventora para dirigir a entidade até novas eleições.

Mas não esperava pela decisão judicial, porque ainda há Juízes em Curitiba, como também já havia ainda Juízes em Berlim.

Em menos de uma semana, veio a concessão de Liminar pelo Juiz da 3.ª Vara de Justiça Federal, Dr. Manoel Lauro de Castilho a um Mandato de Segurança impetrado pela Chapa 2. Com a Liminar os eleitos tiveram seus direitos reconhecidos e tomaram posse no dia 25 de setembro.

Por que o Delegado Regional do Trabalho pretendia anular as eleições livres? Porque os eleitos eram trabalhadores com verdadeira liderança sobre seus companheiros. Porque eram trabalhadores identificados com as reivindicações da categoria e que tinham provado nas lutas anteriores que enfrentariam com destemor e empenho todas as batalhas.

Para justificar sua atitude disse o General Massa, em pomposo e floreado texto, no que tange todavia a motivação remanescente do recurso, é de ponderar-se preambular-

mente que não obstante omissão deliberada dos fatos na ata de encerramento dos trabalhos, resultou aliciamento de eleitores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Vírgulas e adjetivos à parte, Massa nada provou. Não indicava o nome do aliciador, em que mês eleitoral o fato se deu, em que dia da votação ocorreram os fatos. Dando crédito a um documento falso e de má-fé, o Delegado Regional do Trabalho, há nove anos no poder, tentou impedir que uma chapa eleita pelo voto democrático chegasse a assumir a direção sindical.

Este fato Sr. Presidente, que relatamos aqui, demonstra qual o caráter da Direção do General Massa à frente da Delegacia do Ministério do Trabalho. Pese ainda o fato que em todos os processos de negociação de salários aquele titular da Delegacia tem demonstrado sua firme disposição de intervir em favor da política geral do Governo que é a de impôr arrocho salarial, de reduzir os ganhos dos trabalhadores e portanto amplificar a miséria.

Hoje, Sr. Presidente, Curitiba se notabiliza por uma triste evidência. Das regiões metropolitanas do País é a que apresenta um dos índices mais baixos de salário dos trabalhadores. Apresenta também um dos índices mais elevados de desemprego. O próprio General anunciava outro dia que a construção civil, nesta cidade, poderá dispensar 30% dos seus trabalhadores.

Pois bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Tirado ao longe as causas maiores da política econômico-financeira do País, esses índices em parte também se devem a ação do General Massa como Delegado do Trabalho, pela maneira como se tem conduzido sempre em favor do privilégio, do grande capital, nunca em favor do trabalho é o título da sua própria Delegacia.

Lembremos Sr. Presidente, Srs. Deputados, que foi ele que incorporando conceito oligárquico em vigência neste País desde a primeira República, de que a questão salarial, eles na prática a têm como problema de polícia, e inclusive o titular da Delegacia Regional do Trabalho recomendou a intervenção policial quando da greve dos metalúrgicos e também quando da greve dos pedreiros, porque estava atentando à ordem.

Sr. Presidente, e não é só na área metropolitana e junto ao trabalhador urbano. Também assim tem sido o comportamento quando a questão é do trabalhador rural. E a sua posição nesse aspecto tem sido parcial. Vejo e conheço até como profissional da advocacia, recente episódio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, de Toledo, com mais de 11 mil sindicalizados, também há nove anos, lá está um Presidente, que também é Sub-Prefeito e que também faz daquele Sindicato um balcão eleitoral em campanhas políticas em favor dos candidatos da situação.

Pois nós procuramos, como advogado tão somente, receber uma reivindicação de um grupo de sindicalizados que pretende irromper esta força monolítica daquela direção sindical. Pois aqueles elementos que pretendiam disputar a eleição, pela segunda vez procuravam saber quando teríamos eleições no sindicato rural da cidade. E sempre a informação oficial da Presidência, ou de qualquer preposto, era de que as eleições não tinham sido marcadas ou já estavam marcadas há muito tempo.

Mas como a exigência da lei prevê, na questão de eleição sindical, a ampla informação aos sindicalizados por editais, estes elementos mais uma vez foram surpreendidos; porque o edital de convocação da assembléia geral dos membros dos sindicatos dos trabalhadores rurais de Toledo tinha sido exposto atrás da porta, publicado num jornal de circulação unicamente em Curitiba e em nenhum jornal da região. Conforme documentos que temos em mãos, nem nas rádios da cidade.

Pois bem, Sr. Presidente, de posse de todos estes documentos e argumentos técnicos inclusive, fizemos uma notificação à Delegacia Regional do Trabalho, ponderando de que aquela eleição deveria ser suspensa porque não obedecera o critério determinado em lei, da ampla divulgação do edital de convocação da assembléia geral eleitoral.

Até hoje, Sr. Presidente, não tivemos nem a resposta da notificação. Também um Mandato de Segurança adentramos e até hoje não conseguimos anular uma coisa que a lei prevê clara, insofismável, procedente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, é este o homem que dá cobertura a este tipo de processo que esta Assembléia pretende saudar?

Será que vamos saudar, Sr. Presidente, quem cujo mérito maior é permanecer no mesmo cargo público por tanto tempo?

Inclusive, que se notabiliza pela maneira de se comportar parcialmente nos seus atos, em favor como disse geralmente dos grandes, quando o próprio Ministério do Trabalho, pela sua característica e natureza jurídica, deve privilegiar o oprimido, o injustiçado, o menos capaz de institucionalmente agir, que é o trabalhador.

Ele se notabiliza por estes atos, muitos de arbitrariedade, que não merece dos trabalhadores, ampla maioria do povo, o respeito que esta Casa pretende lhe atribuir.

Nós da bancada do PMDB, em sintonia com as aspirações do povo desta cidade, com os trabalhadores urbanos e rurais de todo o Paraná, não podemos ser coniventes com este caso. Como haveríamos de trazer à esta Casa o testemunho de 800 mil bóias-frias que a Delegacia Regional do Trabalho tem sido impotente inclusive, para dar-lhes segurança na ida animalasca ao trabalho?

Será que deveremos trazer a esta Assembléia para testemunhar a desnecessária homenagem, os milhares de trabalhadores metalúrgicos da construção civil, que tem tido nos entreveros das lutas paredistas e molhórias sindicais, o Delegado Regional do Trabalho, um adversário ferrenho em favor dos empresários e não em favor do empregado?

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Em seguida.

Porque o PMDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, e todos os democratas não podem premiar o arbítrio, o privilegiador de benefícios, aquele que se coloca com a minoria, em desprestígio à maioria esmagadora.

Num período democrático, por força do voto popular e da legitimidade de seus atos, há aqueles que permanecem muitos anos na mesma função. São reconhecidos periodicamente pelo voto popular, que os reconduzem, pela vontade da maioria a repetirem-se na mesma função. Mas não é este o caso.

O Delegado Regional do Trabalho permanece neste cargo há tanto tempo não pela vontade da maioria, mas sim pela vontade da minoria que empalmou o Poder contra os desejos da própria Nação e que nele permaneceu no período mais trágico para a vida da classe operária e de todos os trabalhadores deste País.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Permite-me um aparte, Deputado?

O SR. NELTON FRIEDRICH — Darei primeiramente ao Deputado Darcy Deitos que primeiro solicitara e em seguida ao Deputado Waldy Pugliesi.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esta Casa, em ressonância da vontade do povo do Paraná, se os Srs. Deputados que nas campanhas políticas e no dia-a-dia da atividade, bate nas costas do trabalhador, se esta Casa se congratular com o ani-

versário da permanência de quase um decênio da Delegacia Regional do Trabalho, do General Massa, estará se congratulando com tudo aquilo que desrespeita este Poder, com tudo aquilo que fez de seus trabalhadores uma legião de escravos humilhados, deserdados, ofendidos, sem defesa contra a força, sem direitos e sem paz.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos refletir sobre tudo isto.

Tem o aparte o Deputado Darcy Deitos.

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelson Friedrich, a minha Cidade de Campo Mourão e a região do Vale do PIQUIRI-IVAÍ jamais me perdoaria se eu nesta tarde, votasse favoravelmente a um voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho, porque é um omisso com a minha região de Campo Mourão.

Porque no ano passado, aqui fizemos um requerimento que foi devidamente aprovado por esta Casa, solicitando ao Sr. Delegado Adalberto Massa, que providenciasse o funcionamento do Posto do Ministério do Trabalho, em Campo Mourão.

Aproximadamente 30 dias após a aprovação desse requerimento, recebemos uma correspondência, dizendo que dentro de aproximadamente 60 dias estaria aquele posto funcionando e dando atendimento para os trabalhadores e para os empresários daquela região. Porque veja Vossa Excelência qualquer questão trabalhista, qualquer homologação e qualquer saída de empregado, o patrão e o empregado têm que se dirigir até Maringá para ter a homologação, haja visto de que o Ministério Público só em casos especialíssimos é que comparecia, visto que lá já tinha um posto do Ministério do Trabalho devidamente funcionando anteriormente.

E aproximadamente durante 6 meses, capengando, vinha funcionando aquele posto, com omissão, porque o agente que para lá era designado ia até Campo Mourão atender uma ou duas vezes por semana. Então, veja Vossa Excelência de que o trabalhador às vezes precisava reivindicar os seus direitos, tinha que esperar o dia que o eminente designado pelo General Massa lá comparecesse. E agora, eminente Deputado, há dias atrás recebo a notícia de que o posto está completamente abandonado. Ninguém mais responde lá pelo posto do Ministério do Trabalho de Campo Mourão e ainda ontem esta Casa aprovou um novo requerimento nosso, solicitando que aquele posto entre no devido funcionamento e dê o atendimento necessário para aquelas comunas da região do vale do Piquiri-Ivaí.

Então veja Vossa Excelência como vai se pedir congratulações para omisso, para um inoperante. A minha região e a minha cidade jamais me perdoariam. Agora, o trabalho se realmente fosse um trabalho honrado e digno e que tivesse sido colocado estivessem contentes com ele, mas faça-se uma enquete, corra-se este Paraná e veja, que se fizemos uma enquete e se o povo pudesse votar, daria 99,9 pela saída do General Adalberto Massa da Delegacia do Trabalho do Paraná, que é um omisso, um inoperante.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte, e talvez seja a possibilidade extraordinária, do Prefeito da sua cidade, de aproveitar os recursos extraordinários do Sr. Saul Raíz e dar a necessária estrutura administrativa, a essa sua reivindicação. E quem sabe o General Massa possa então cumprir com aquilo que na prática não aconteceu.

Além do mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós precisamos analisar a omissão que tem se visto, exatamente pelos compromissos que têm esses delegados, a omissão junto às questões fundamentais do trabalhador, como, por exemplo, a segurança no trabalho, e se este País se ufana de ser campeão no futebol, há outros campeonatos que nós lideramos no Ociden-

te, como, por exemplo, nos acidentes em atividades trabalhistas, e a construção civil tem sido pródiga nisso, e, no entanto, quanto nós vimos, estando presentes na ocasião da greve dos homens da construção civil do Paraná, a maneira como se conduziu a Delegacia Regional do Trabalho, ela assim, se reuniu mais amiudamente com os empresários da Construção Civil, e aos empregados da construção civil da nossa Capital, o que restava? Alguns minutos, alguns contatos, tentando sempre convencê-los de que deveriam parar com o movimento paralista, instigando, às vezes, direta ou indiretamente, à própria repressão.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, em cima deste próprio assunto, posso dar um aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi, que, inclusive, vem de uma região, em que também está omissa, com certeza, a presença da Delegacia Regional do Trabalho, pelo grande número de trabalhadores do ramo, verdadeiramente esquartejados pela maneira como são conduzidos os trabalhos nesse setor da economia do Paraná. Porisso, com prazer, dou um aparte ao Deputado Waldyr Pugliesi, que antes solicitara.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Deputado Nelson, ainda há pouco, nós ouvíamos aqui um Deputado do PDS, de ouvidos muito delicados, porque ele fica nervoso quando houve o linguajar rude da Oposição, dizer que a Oposição prefere que as coisas piores, porque quanto pior, melhor para a Oposição.

Mas, na prática, nobre Deputado, o que acontece é exatamente o contrário, porque esse regime que aí está, jogou todo o povo brasileiro numa pior, todo o povo brasileiro. Os trabalhadores dos mais variados matizes, estão em dificuldades.

Na realidade, quando falam que nós queremos ver as coisas de maneira ruim, porque seria melhor para nós, na prática volto a dizer que são eles que provocam toda esta situação que está vigindo no País.

O Delegado General Massa, há 9 anos, nada mais faz do que defender os patrões contra os trabalhadores. É um homem que deveria agir como juiz, como magistrado, mas ele age como certos juizes de futebol: metem a mão no time que eles não gostam, e o time que ele não gosta, o General Massa, é o time do povo. Está sempre do lado do patrão. É o campeão da parcialidade.

É aquele, como já se falou, talvez mal comparando, mas é o Robin Hood às avessas: ele tira do pobre para dar para o rico. Ele só defende os poderosos. Nunca está do lado do fraco, do injustificado, daquele que precisa.

Então, o PMDB, através da liderança exercida por Vossa Excelência, através da Presidência do Partido do Estado, exercida por mim, vem aqui deixar de maneira clara, a nossa contrariedade contra esse voto de louvor. Não existe nada para se louvar. Existe, sim, necessidade de se criticar, de se pegar e virar do avesso a administração desse homem, mostrar à luz do dia. É um dos grandes males que este Paraná tem, porque o ditador maior está lá há quase 20 anos. Esse é o ditador menor que está aqui há 9 anos.

Estavam dizendo, aqui, ainda há pouco, que o homem não tem mais nem condições de dirigir a DRT. Quer dizer, talvez seja afastado porque ele não está mais servindo à ditadura maior, como Delegado que ele é aqui, no Paraná.

Portanto, fica aqui o meu voto declarado contra essa moção de aplauso, esse voto de louvor, pela permanência do General à testa da DRT do Paraná.

Vossa Excelência já colocou de maneira exemplar, muito clara, o que foi a administração desse homem durante todos esses anos.

Fica mais uma vez, aqui, referendada a posição de todos nós: não concordamos com esse aplauso da Assembléia Legislativa. Aplaudir para que? Quem? O que ele fez?

Na minha região o quadro é o mesmo que o Deputado

Darcy Deitos traçou, que Vossa Excelência está traçando, o mesmo em todo o Paraná.

Os Delegados do Ministério do Trabalho, quando vão à Uraí, os patrões fecham as bocas das máquinas e dizem: “estava vendo? É a Oposição que está mentindo”.

Mas, existe, segundo estatísticas 3.000 acidentados, somente no exercício miserável daqueles homens que trabalham com rami.

Nada é mais contundente do que aqueles 3.000 aleijados que existem só naquela região.

Obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte e abro até um parêntese ensejado exatamente pelo aparte do Deputado Waldyr Pugliesi, para dizer que, há pouco, ouvimos referências candentes contra a maneira emocional e agressiva de alguns dos Srs. Deputados da Oposição.

Sr. Presidente, queríamos apartear o Deputado naquele instante, para dizer que é óbvio e entendível a emoção de muitos de nossos Companheiros, porque eles não estão aqui para amplificar elogios, ou palavras, às vezes, bonitas, porque aqui trazem a emoção. A emoção do paranaense, a emoção do trabalhador, a situação de angústia, o desespero, o desânimo, a pauperização, a agressividade que vive a massa populacional deste povo do Paraná.

Gostaria de dizer que política é ciência e é arte. E exatamente por não ser só ciência, que ela tem em si a expressão da emocionalidade.

Sr. Presidente, quero fechar este parêntese que queria fazer no aparte que antes não foi possível, dizendo que há que se revelar e se relegar este ou aquele Deputado, que possa, emocionalmente, dizer, às vezes, de uma maneira muito agressiva, o que lhe vai no íntimo, porque aqui ele traz o que vê lá fora, o que lhe é proposto pelo trabalhador, pela dona de casa, pelo jovem, pela população desesperada.

Ora, Sr. Presidente, aí do político, aí do político que não for emotivo. Estaríamos sepultando a política no momento em que ela não tivesse a emoção, porque ela é a ciência, ela é arte.

Fechado este parêntese, Sr. Presidente, diz o Deputado Waldyr Pugliesi, ainda, reforçando dados sobre a maneira dos acidentados dos diversos setores da economia, não só na construção civil, mas no trabalho agrícola, no trabalho das hidroelétricas, enfim em diversos setores da atividade produtiva deste Estado, na maioria das vezes desassistidos, nem eles, nem suas famílias quando acabam sucumbindo por um ou outro qualquer acidente. E qual tem sido a preocupação da Delegacia Regional do Trabalho para, em fiscalizando com rigor, evitar absurdos como os que têm acontecido com acidentes do “bóia-fria”, dos trabalhadores de Uraí, dos trabalhadores das hidrelétricas, dos operários da construção civil, dos trabalhadores urbanos e rurais que têm dado este título tão angustiante que a organização internacional do trabalho repele, que é exatamente do País ser campeão em acidentes do trabalho no mundo.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se nada tem o PMDB, se nada tem essa liderança e os nossos companheiros contra a pessoa do General Adalberto Massa, temos sim pelo que ele representa, pelo que ele subscreve, pelo que ele é como procurador e muitas vezes como mandatário de determinações do próprio Ministério do Trabalho. Elogiar e aplaudir a Delegacia Regional do Trabalho, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na maneira como ela vem se conduzindo, é aplaudir a intervenção sindical, é aplaudir o arrocho salarial, é aplaudir o próprio Ministério do Trabalho quando vai a São Paulo e em vez de se reunir com os trabalhadores porque ele é Ministro do Trabalho, ele passa a ser Ministro do capital e se reúne com o Clube dos Quatorze.

Sr. Presidente, dar um voto de congratulação nesta Casa

a quem representa a política trabalhista a CLT, na maneira como vem se conduzindo o Governo, através de seus mecanismos de controle sindicais e das conquistas trabalhistas, é na verdade aplaudir o inadmissível, o absurdo, a injustiça, a opressão.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa lembra o nobre orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço, Sr. Presidente, e termino dizendo o que consta do programa do meu partido. O PMDB é um partido genuinamente brasileiro e popular. Primeiro, porque é fruto da resistência democrática contra o arbítrio e a repressão.— Segundo, porque considera que só o amplo acesso das camadas populares às responsabilidades políticas e aos benefícios econômicos pode garantir a unidade, a segurança e o desenvolvimento do País.

Terceiro, porque de acordo com o seu programa as metas e o desenvolvimento econômico devem e podem ser atingidos mediante uma trajetória que erradique os privilégios internos e cerceie a influência estrangeira. E, finalmente porque seu programa e sua ação traduzem o anseio dos brasileiros enraizados em sua experiência histórica, em prol de uma democracia que não se limita ao entusiasmo esporádico dos pleitos, nem se baseia o vanguardismo de elites que se auto-qualificam até como revolucionárias.

Sr. Presidente, quando ainda MDB este partido levou ao Congresso Nacional nada mais, nada menos do que 1.098 projetos, resoluções e sugestões para melhorar a condição do trabalhador brasileiro. E esses 1.098 projetos foram rejeitados pela maioria da ARENA da época. Esse Partido tem um compromisso com o trabalhador, tem um compromisso com o trabalho acima de que com o capital, e portanto não pode se regozijar com quem representa exatamente o capital, a injustiça, a opressão e não uma justiça mais sólida, uma democracia, uma liberdade, o trabalhador acima de tudo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Continua em discussão o requerimento de autoria do Deputado Tércio Albuquerque. Encerrada a discussão. Em votação. APROVADO.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Deputado NELTON FRIEDRICH.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Pedimos a Vossa Excelência a verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se.

8 Srs. Deputados o aprovam;

10 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 20, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 1.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de março do ano de hum mil novecentos e oitenta e um, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado GABRIEL SAMPAIO, os Senhores Deputados Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Lineu Turra e Jurandir Messias, membros da Comissão Especial de Reforma à Constituição. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos, na Hora do Expediente, foi lida e aprovada sem restrições, a Ata da reunião anterior. A seguir passou-se à ORDEM DO DIA, ocasião em que foi relatada pelo Senhor Deputado AIRTON CORDEIRO, Relator Geral da citada Comissão, a PROPOSIÇÃO N.º 72/80, de autoria do

Senhor Deputado GABRIEL SAMPAIO, alterando o parágrafo 2.º, do Art. 42, e o Art. 147, da Constituição Estadual. Colocando em votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA, em anexo, apresentada pelo Senhor Relator Geral. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrados os trabalhos, dos quais, para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

Deputado GABRIEL SAMPAIO
Presidente
AGILDES DE OLIVEIRA MARTINS
Secretário